

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL – SEDR**

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2013

BRASÍLIA-DF, MARÇO DE 2014

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

- Subordinação: Ministério Do Meio Ambiente.

- Relatório de Gestão do Exercício de 2013

- Relatório de Gestão para apresentação aos órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e, elaborado em conformidade às disposições da Decisão Normativa - TCU nº 127 de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa - TCU nº 132 de 02 de outubro de 2013, da Instrução Normativa - TCU nº. 72 de 15 de maio de 2013, da Resolução – TCU nº 234 de 01 de setembro de 2010, da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Portaria TCU nº 175 de 09 de julho de 2013.

BRASILIA, MARÇO DE 2014

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	5
1 - PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	5
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	5
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	10
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	10
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	10
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	11
2 - PARTE A, ITEM DOIS, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	12
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	12
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOSERRO! INDICADOR NÃO	
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	57
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	59
3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	59
3.2 – CONTROLES INTERNOS	59
3.3 – REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES	61
3.4 – SISTEMA DE CORREIÇÃO	61
3.5 – CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO (PORTARIA CGU Nº 1.043/2007).....	61
3.6 – INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA E	
CONTROLES INTERNOS.....	61
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	62
4.1 – EXECUÇÃO DE DESPESAS	62
4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	71
4.3 – MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	72
4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	72
4.5 – SUPRIMENTO DE FUNDOS	79
4.6 – RENÚNCIA DE RECEITAS	79
4.7 – GESTÃO DE PRECATÓRIOS	79
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	80
5.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	80
5.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	85
6, 7, E 8. PARTE A, ITENS 6, 7, 8 E DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE	
15/05/2013	84
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	85
9.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	85
9.2 – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	86
9.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	86
9.4 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.6
9.5 – MEDIDAS PARA APURAR RESPONSABILIDADE POR OCORRÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO.....	87

9.6 – ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	87
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	88
10 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	88
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	89
11.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	89
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	92
12.1 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	92
13. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	96
15.1 – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	96

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está formalizado nos termos da Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de Setembro de 2010, e, Decisão Normativa - TCU nº. 127, de 15 de maio de 2013, bem como em observância aos critérios estabelecidos pela Portaria - TCU nº. 175, de 09 de julho de 2013, pela qual dispõe das orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013.

Tendo em vista a nova estrutura do PPA 2012-2015, assim como as transversalidades dos Programas Temáticos, este relatório irá detalhar apenas a execução físico/financeira das Ações Orçamentárias.

Nos termos das orientações passadas e constantes da Portaria - TCU nº 175 (do anexo III da Decisão Normativa TCU nº. 127/2013), no presente Relatório de Gestão alguns itens deixam de constar em seus autos, por não se aplicar à UJ - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, em decorrência da sua natureza e finalidades determinadas pelos diplomas legais: Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007, combinado com a Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).

Ressalta-se ainda, que alguns itens indicados no presente relatório, estão sob a responsabilidade e de acordo com a competência regimental da SECEX/SPOA/MMA, nos termos do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.

PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

1 - PARTE A, ITEM UM, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	
PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	
Poder: EXECUTIVO	
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Código SIORG: 001927
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	
Denominação completa: SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR/MMA.	
Denominação abreviada: SEDR/MMA	

Código SIORG: 92930	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 440040- SEDR
Situação: ATIVA		
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL		
Principal Atividade: GESTÃO AMBIENTAL		Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028.1091 e 2028.1092	FAX (061) 2028.1481
Endereço eletrônico: sedr@mma.gov.br		
Página da Internet: http://www.mma.gov.br		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco "B" - 7º andar - Brasília-DF - CEP: 70.068-900.		
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Lei nº. 10.683/2003, de 28/05/2003 (DOU de 29/05/2003) e Decreto nº. 6.101, de 26/04/2007 (DOU de 27/04/2003).		
OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE JURISDICIONADA		
Portaria n.º 292, de 23/05/2007 (DOU de 28/05/2007).		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA		
Código SIAFI	Nome	
440108	BOLSA VERDE/SEDR	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
001551	TESOURO	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
440001	00001	
440002	00001	
440108	00001	

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), criada com a missão de promover a transição à sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento agrícola e rural do País, tem como referência estratégica a redefinição dos processos de ocupação e uso do território e dos recursos naturais. O cumprimento dessa missão passa pela capacidade de superar a dicotomia entre produção e proteção ambiental, mediante a integração dos objetivos e instrumentos das políticas ambientais e agrícolas dentro do marco geral do desenvolvimento sustentável. Para além dessa (re) conciliação, a transição pressupõe alta capacidade de interação e integração entre todas as políticas que incidem sobre o rural, alinhadas com base nos princípios da transversalidade ambiental e da responsabilidade compartilhada presentes no Pacto Federativo e no Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Sem negar os conflitos e dissensos, a missão da Secretaria depende da participação, motivação e construção de consensos mediados por uma relação democrática e menos conflituosa entre a política ambiental e as populações rurais. Assim, a transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas.

Nesse contexto, as ações da SEDR voltam-se para enfrentar um duplo desafio: por um lado, reverter o estágio atual de degradação dos ecossistemas provocada pela agropecuária, e por outro, mas ao mesmo tempo, promover, difundir e consolidar formas e estilos do sistema produtivo agrosilvopastoril e desenvolvimento rural praticados em bases sustentáveis. Em qualquer caso, o foco da intervenção é o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou Comunidades Extrativistas, nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) e nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala. Assim, reconhece-se a pluralidade do rural (produtiva, sociocultural, ecológica e territorial) e a dualidade do modelo agrícola do País, da mesma forma que se reconhece a necessidade de adequar uma agenda ambiental positiva e indutiva da sustentabilidade às distintas realidades e demandas dos grupos sociais.

As ações da Secretaria são implementadas pelos Departamentos de Zoneamento Territorial, de Extrativismo, de Combate a Desertificação e de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Conforme discorre o decreto nº 6.101/2007, que contém sua estrutura regimental, cabe a unidade coordenar a elaboração do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) no território nacional e promovê-lo nas unidades da federação. A lei nº 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, estabelece que o ZEE constitui área de competência do MMA, competência esta compartilhada com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Integração Nacional (MI) e da Pesca e Aquicultura (MPA).

O gerenciamento ambiental das áreas costeiras atua em três frentes de ação: a promoção da governança ambiental, o planejamento do uso e ocupação dos ambientes costeiros e a promoção da qualidade ambiental. A atuação se baseia no Plano Nacional de Gerenciamento

Costeiro, instituído pela lei nº 7.661/1988 e regulamentada pelo decreto nº 5.300/2004, que estabelece os limites físicos e administrativos da zona costeira, os arranjos institucionais e os instrumentos para a gestão desta faixa do território. No nível infralegal, o marco legal é complementado por portarias da Marinha do Brasil e resoluções da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O marco legal prevê o compartilhamento de responsabilidades entre os três níveis da federação e também a intersetorialidade no âmbito federal, o que é exercido em especial pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), instituído pela portaria da Marinha do Brasil nº 440/96.

A SEDR também é responsável pela implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) no Brasil, bem como promove o alinhamento do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN-Brasil) à estratégia decenal da UNCCD, em articulação com os Programas Estaduais de Combate a Desertificação em 11 Estados. Para tanto, vem sendo realizados esforços junto aos instrumentos de fomento das políticas públicas (Fundo Clima, Fundo Socioambiental da CAIXA, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), além de trabalhar linhas de crédito específicas junto ao Banco do Nordeste do Brasil para ações estruturantes voltadas a promoção de boas práticas.

Como Ponto Focal Técnico da UNCCD no Brasil, participa regularmente das Sessões das Conferências das Partes da UNCCD e das Conferências Científicas sobre Desertificação, além de exercer a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). Dessa forma, estabelece o marco conceitual e coordena a atuação programática do poder público no tema.

Esses esforços estão focados na implementação de boas práticas de manejo dos recursos naturais e de eficiência energética; nas atividades rurais que demonstrem soluções ecossistêmicas produtivas efetivas e replicáveis; na formulação de programas e projetos que possibilitem a comunicação e a disseminação de conhecimentos; na formação técnica de extensionistas para orientação de produtores; na formação de técnicos de unidades de produção; na promoção de estratégia financeira de crédito e de fomento para o desenvolvimento sustentável nas ASD; e, a adaptação aos climas do espectro da aridez

O tema da regularização ambiental dos imóveis rurais ganha cada vez mais força, sendo até incluído na Lei 12.651/12, conhecida como Novo Código Florestal, onde foi estabelecido o Programa de Regularização Ambiental – PRA. Entre os instrumentos de regularização ambiental desse Programa está o Cadastro Ambiental Rural - CAR, que é um sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade ou posse rural, contendo a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa, localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento.

O CAR encontra-se em fase final de preparação para seu lançamento, a partir do que se inicia a contagem do prazo para adesão dos proprietários e posseiros rurais. O arranjo institucional já foi construído com todas as Unidades da Federação por meio dos Acordos de Cooperação Técnica que foram firmados em 2013. A Lei estabeleceu dois anos para realizar a inscrição de todos os imóveis rurais, cerca de 5,2 milhões.

A SEDR, no que concerne a agenda extrativista, está implementando uma transição em sua forma de atuação, passando de uma ação centrada no fomento e execução de pequenos projetos de apoio ao uso sustentável de recursos naturais em territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, para uma estratégia voltada para a formulação e articulação de políticas públicas estruturantes, com foco na indução do uso sustentável e conservação de ativos ambientais, como estratégia de inclusão socioeconômica e garantia de direitos de povos e comunidades tradicionais e extrativistas.

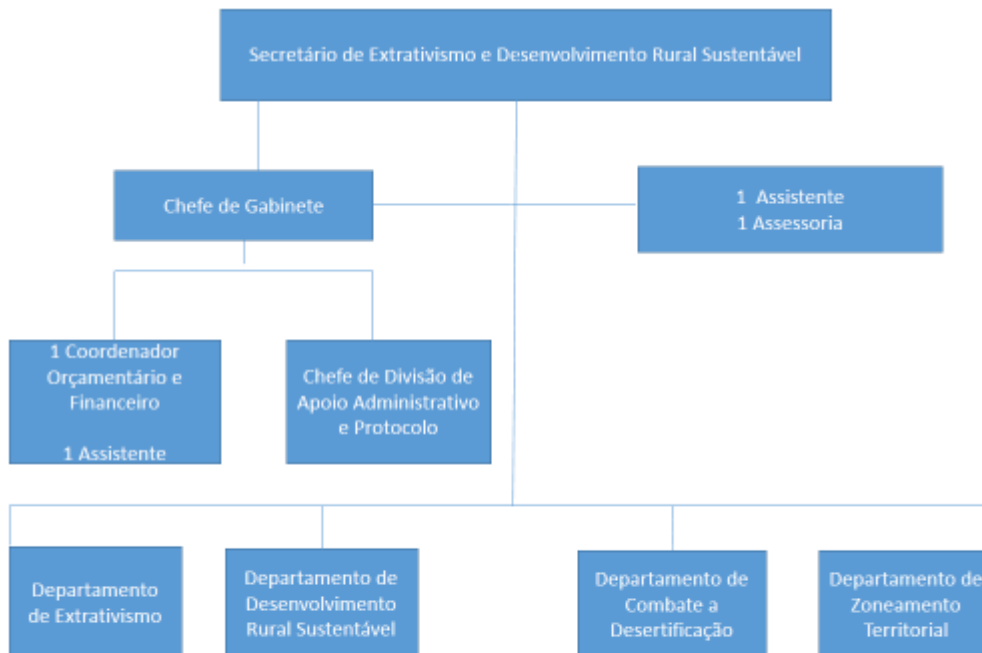
O Departamento de Extrativismo atua alinhado com os temas centrais da agenda ambiental, como a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, a produção e consumo sustentável e a erradicação da pobreza.

A Gerência Socioambiental, no que tange à meta do atual governo de erradicar a pobreza extrema, por meio do Plano Brasil Sem Miséria, conduz o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que vem num processo de consolidação desde seu início e ao longo de 2013, como uma importante política capaz de integrar os eixos de conservação ambiental e proteção social. Entre outubro de 2011 e dezembro de 2013, o Programa Bolsa Verde beneficiou 51.072 famílias em situação de extrema pobreza, que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais. Essas famílias estão distribuídas em 900 unidades territoriais, sendo dessas 66 Unidades de Conservação, 732 Projetos de Assentamento e 62 municípios com territórios de ribeirinhos.

Esses territórios tem sido o alvo preferencial de fortalecimento de outras políticas públicas como as de capacitação ambiental e assistência técnica, de forma a atender as necessidades dessas populações e responder as demandas do atual cenário de desenvolvimento rural brasileiro. Nesse contexto, vale citar o caráter protagonista da Secretaria, por meio do seu Departamento de Extrativismo, na elaboração e implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em outubro/2013, assim como na implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), na busca de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APLs) das cadeias prioritárias, de modo que os seguimentos de povos e comunidades tradicionais, consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros seguimentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada e justa.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A SEDR apresenta a seguinte estrutura funcional:



1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os principais macroprocessos finalísticos apresentados pela SEDR em 2013, com base nas prioridades definidas pela direção do MMA, foram:

- MacroZEE do bioma Cerrado e Macro ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- Bolsa Verde;
- Implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em todo o País;
- Povos e Comunidades Tradicionais;
- Combate à Desertificação e a Promoção da Convivência Produtiva nos espaços sob os climas do espectro da aridez.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os principais macroprocessos de apoio utilizados pela SEDR para o exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada contribuem para a execução das ações sob sua responsabilidade. São eles:

- Estrutura de apoio (Apoio Administrativo, Apoio Técnico, Assessores, Assistentes, Cooperação Técnica, Coordenação de Administração Financeira);
- Capacitações: levantamento interno das necessidades junto às áreas;

- Procedimentos: padronização de fluxos e manual de orientação de rotinas administrativas;
- Avaliação de Desempenho Institucional e Individual;
- Planejamento Estratégico.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Dentre os principais parceiros que contribuem para o bom andamento dos macroprocessos finalísticos da unidade, podem ser citados:

- ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne;
- ABIOVE – Associação Brasileira das indústrias de Óleo Vegetal;
- ABRAPA – Associação Brasileira de Produtores de Algodão;
- APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso;
- ASA BRASIL – Articulação do Semiárido Brasileiro;
- ASSOMOGI – Associação dos Produtores de Cana do Vale do Mogi;
- BASA - Banco da Amazônia;
- BB - Banco do Brasil;
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil
- BIRD - Banco Mundial;
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- CEF - Caixa Econômica Federal;
- CEMADEN/MCTI – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais;
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil;
- CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas;
- CONFREM – Comissão Nacional de Fortalecimentos das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas;
- CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas;
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- FAO – Organização das Nações para a Alimentação e a Agricultura;
- FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar;
- GIZ – Cooperação Alemã;
- GTPS – Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável;
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- INMET – Instituto Nacional de Meteorologia;
- INSA/MCTI – Instituto Nacional do Semiárido;
- MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social;
- MI – Ministério da Integração Nacional;
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores;
- MST – Movimento dos Trabalhadores dos Sem Terra;
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileira;
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- Projeto Econormas do MERCOSUL;
- SRHU/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano - Programa Água Doce;
- SFB/MMA – Serviço Florestal Brasileiro;
- SPU/MPOG – Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- UFLA – Universidade Federal de Lavras;
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2 - PARTE A, ITEM DOIS, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

A SEDR tem seu planejamento norteado pelo PPA 2012-2015, e, mais recentemente pelo planejamento estratégico do MMA iniciado em 2013. Os objetivos propostos refletem a missão da SEDR de promover a transição à sustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento rural do País, tendo como referência estratégica a redefinição dos processos de ocupação e uso do território e uso dos recursos naturais:

- Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial;

- Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais;
- Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento;
- Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda;
- Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais;
- Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação;
- Implantar e desenvolver a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas;
- Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes ambientais, gerando renda às famílias, melhorando a qualidade de vida e da alimentação da população.

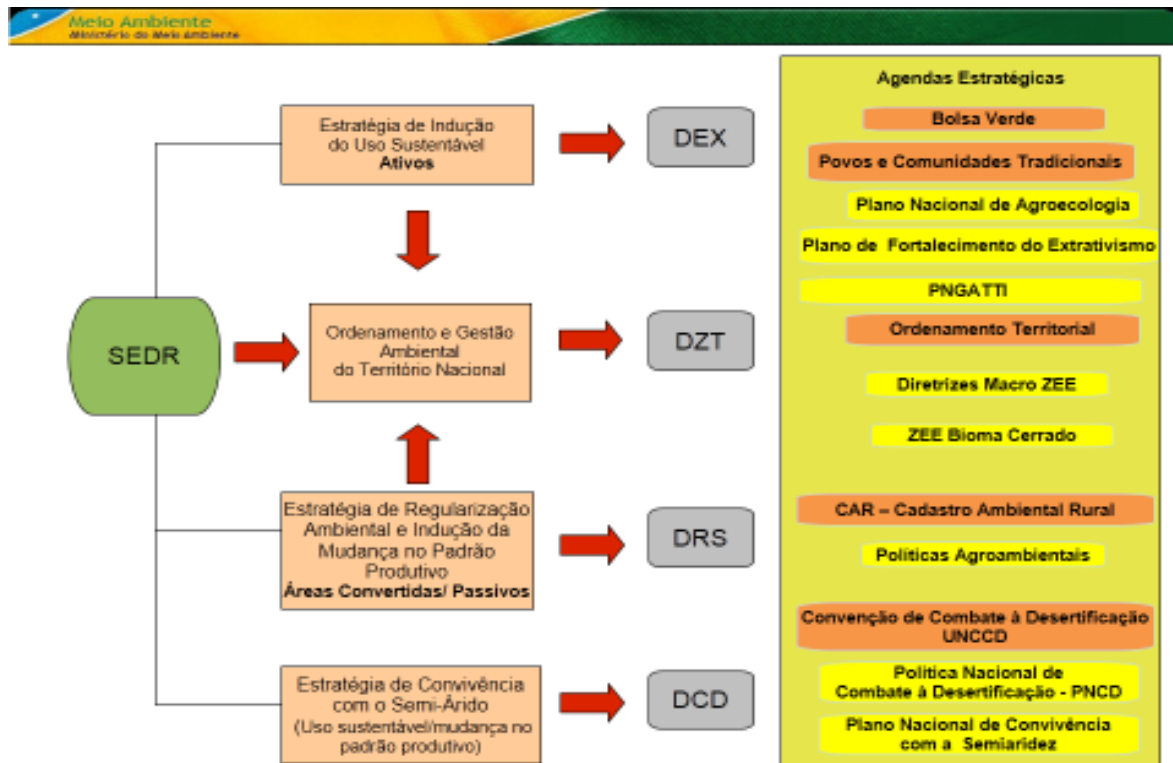
Esses objetivos comunicam à sociedade as escolhas da Secretaria e do MMA, orientando taticamente sua ação governamental e refletindo as situações a serem alteradas pela concreta distribuição de bens e serviços e pelo desenvolvimento de novos valores de políticas públicas. Estão referenciados em dois (2) eixos estruturantes da Secretaria, os quais sinalizam a trajetória que se pretende percorrer: *Planejamento e gestão ambiental territorial; e Promoção e fomento do uso sustentável dos recursos naturais no meio rural.*

Os eixos aglutinam problemas considerados críticos e fundamentais para o alcance da missão da Secretaria, cujo equacionamento deverá resultar em dinâmicas autopropulsoras para o resgate da interdependência entre meio ambiente e desenvolvimento rural, tendo como foco da intervenção o uso adequado da terra e dos recursos naturais, seja nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, Terras Indígenas ou comunidades extrativistas, ou nas áreas de produção agropecuária de tipo patronal/empresarial de grande escala.

O Planejamento Estratégico do MMA teve início em 2013, e a SEDR vem participando ativamente na construção da agenda estratégica para contribuir com o alcance da Missão e Resultados definidos no Mapa Estratégico. Foi atribuída à SEDR, a responsabilidade de coordenar duas agendas estratégicas do MMA: 1) Cadastro Ambiental Rural e implementação da Lei nº 12.651/12; 2) Conservação ambiental com inclusão social - Bolsa Verde.

No âmbito da SEDR, foram debatidas e estabelecidas as demais agendas a serem desenvolvidas e realizadas no ano de 2013. Essas agendas, formuladas segundo o conceito

de “entregas” de bens e serviços à sociedade, colaboram para o reposicionamento da política e da gestão ambiental frente aos desafios da agenda global da sustentabilidade e das prioridades do desenvolvimento nacional - desafio central da atual gestão do MMA, e indicam o resultado do esforço realizado até o momento nesta Secretaria, conforme pode ser visualizado na figura a seguir:



A SEDR conseguiu em 2013 um maior foco em seus objetivos estratégicos, frente à sua vasta carteira de temas institucionais.

Em 2013, a SEDR aperfeiçoou o monitoramento das suas duas metas prioritárias, CAR e Bolsa Verde, por meio do SIGOB - Sistema de Informações e Gestão para a Governabilidade, utilizado internamente pelo MMA. Para que tais objetivos fossem alcançados, a SEDR buscou uma maior sinergia entre seus Departamentos, por meio de uma maior integração de agendas e temas, além do acompanhamento e atualização periódica das informações das metas prioritárias no SIGOB.

Em função da transversalidade dos temas sob responsabilidade desta UJ, a SEDR intensificou a articulação com os movimentos sociais do campo e com diversas pastas ministeriais, em ações de integração de políticas públicas. Importantes políticas de desenvolvimento econômico e social estão sob coordenação de pastas ministeriais que, a partir da interlocução, passam a adotar condicionantes ambientais na formulação de suas políticas e a considerar públicos prioritários que tem interlocução com a agenda ambiental do MMA, como os extrativistas residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A integração e coordenação de iniciativas complementares de diversas pastas ministeriais são imprescindíveis para evitar a dispersão e pulverização dos recursos financeiros e humanos e para aprimorar os instrumentos e mecanismos de ação das políticas públicas junto a esses públicos e territórios.

Portanto, os esforços político-institucionais e técnicos, assim como os gastos da unidade são executados em favor da integração, da interlocução, da parceria, culminando em políticas e ações cada vez mais integradas e com co-responsabilidades definidas, tendo em vista que os ativos ambientais suportam o desenvolvimento do país e assim, as políticas sociais e de desenvolvimento, principalmente no meio rural, foco de atuação da unidade, devem ser irrigadas por condicionantes de uso sustentável desses bens da natureza e públicos.

Exemplo disso tem sido o aperfeiçoamento da metodologia de trabalho do Programa Bolsa Verde, cuja ação é do MMA, mas tem sua execução compartilhada com o MDS, MDA/ INCRA e SPU. As ações executadas ao longo de 2013, em especial os mutirões de busca ativa, geraram um grande aprendizado não só operacional, mas de planejamento e trabalho conjunto entre esses órgãos.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

Esta UJ apresenta a seguinte matriz de Programas/Objetivos/Metas/Iniciativas/Ações contemplados no PPA 2012-2015, a saber:

2.2.1 - PROGRAMAS TEMÁTICOS

2.2.1.1 – Programa 2012 – Agricultura Familiar

QUADRO A.2.2.1.1 – PROGRAMA TEMÁTICO 2012

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2012				
Título	Agricultura Familiar				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	200.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.2 – Programa 2018 – Biodiversidade

QUADRO A.2.2.1.2 – PROGRAMA TEMÁTICO 2018

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2018				
Título	Biodiversidade				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	91.221.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.3 – Programa 2022 – Combustíveis

QUADRO A.2.2.1.3 – PROGRAMA TEMÁTICO 2022

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2022				
Título	Combustíveis				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	100.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.4 – Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

QUADRO A.2.2.1.4 – PROGRAMA TEMÁTICO 2029

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2029				
Título	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	550.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.5 – Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

QUADRO A.2.2.1.5 – PROGRAMA TEMÁTICO 2036

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2036				
Título	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	32.358.048,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.6 – Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida

QUADRO A.2.2.1.6 – PROGRAMA TEMÁTICO 2046

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2046				
Título	Mar, Zona Costeira e Antártida				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	500.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.7 – Programa 2050 – Mudanças Climáticas

QUADRO A.2.2.1.7 – PROGRAMA TEMÁTICO 2050

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2050				
Título	Mudanças Climáticas				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	650.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.8 – Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

QUADRO A.2.2.1.8 – PROGRAMA TEMÁTICO 2065

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2065				
Título	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	200.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.1.9 – Programa 2076 – Turismo

QUADRO A.2.2.1.9 – PROGRAMA TEMÁTICO 2076

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2076				
Título	Turismo				
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R\$ 1,00)					
Dotação OFSS	100.000,00	Dotação OI	0,00	Outras Fontes	-

2.2.2 - OBJETIVOS (no âmbito da Unidade Jurisdicionada)

2.2.2.1 – Objetivo 0760

QUADRO A.2.2.2.1 – OBJETIVO 0760

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.				
Código	0760	Órgão	Ministério do Desenvolvimento Agrário		
Programa	Agricultura Familiar	Código	2012		

Obs.: Não há metas vinculadas ao Objetivo 0760 no âmbito da SEDR/MMA.

2.2.2.2 – Objetivo 0506

QUADRO A.2.2.2.2 – OBJETIVO 0506

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.				
Código	0506	Órgão	Ministério do Meio Ambiente		
Programa	Biodiversidade	Código	2018		

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas prioritizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro.	Un.	40	0	0	0
2	Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano.	Un.	40.000.000	2.948.998	12.848.988	32
3	Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade	Un.	6	0	0	0
4	Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub- bacias da região amazônica	Un.	3	2	2	67
5	Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas	Un.	5	1	1	20
6	Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Un.	6	1	1	17
7	Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade	Un.	200	15	35	18
8	Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade	Un.	30	0	12	40
9	Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa	Un.	12	0	0	0
10	Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas	Un.	4	0	0	0
11	Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	Un.	17	0	17	100
12	Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado	Un.	100.000	15.303	32.073	32
13	Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação	Un.	44	26	45	102

14	Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)	Un.	73.000	17.072	51.472	71
----	--	-----	--------	--------	--------	----

Análise Situacional do Objetivo:

O MMA e suas vinculadas, em articulação com outras áreas do governo federal, vêm desenvolvendo ações voltadas à promoção do conhecimento da diversidade biológica brasileira, a conservação e uso sustentável. Estes avanços estão em harmonia com os compromissos assumidos pelo país ao ratificar a Convenção sobre Diversidade Biológica. Nesse período de execução de PPA, buscou-se alinhar a promoção do uso sustentável da biodiversidade com erradicação da pobreza, destacando-se os seguintes resultados: (i) Para remuneração de famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural, foi implementado o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, com o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Até dezembro de 2013 o programa já beneficiou um total de 51.072 famílias residentes em 65 Unidades de Conservação de Uso Sustentável geridas pelo ICMBio (32%), em 767 Projetos de Assentamento do INCRA (62%) e em áreas públicas da União (territórios de ribeirinhos) reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU (6%). Até o final de 2014, o programa pretende atender 73 mil famílias, ou seja, 70% da meta foi alcançada. Também está sendo contratado assistência técnica para 26.597 famílias, conforme edital de Ater Extrativista lançado pelo Incra em maio de 2013. (iii) Para promover o acesso de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares ao mercado o governo brasileiro, através de instrumentos como a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), viabilizou o acesso de 32 mil famílias extrativistas a operações de subvenção e/ou aquisição de produtos extrativos com investimentos da ordem de R\$ 50,8 milhões de reais. (iv) Para promover cadeias de produtos da sociobiodiversidade, foi dada continuidade ao apoio a articulação de 17 cadeias, por meio de 12 APLs distribuídos nos estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e Rio Grande do Norte. (v) Para fomentar projetos de uso e conservação da biodiversidade, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, do Fundo Nacional de Mudanças do Clima – FNMCF e o do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), instrumentos de fomento a projetos sócio ambientais do MMA, foram apoiados 35 projetos. (vi) Para disponibilizar um banco de dados das organizações e de elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e comunidades Tradicionais, destaca-se a manutenção do Portal YPADÊ, com informações sobre organizações de povos e comunidades tradicionais no Brasil e a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, lançado em janeiro de 2013. Cabe destaque ainda, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – mediante a Portaria Interministerial nº 29 de 8 de fevereiro daquele ano – com a finalidade de elaborar um Plano do Fortalecimento do Extrativismo (PLANAFE), cujo trabalho resultou na constituição da agenda extrativista e na criação de uma mesa de diálogo no âmbito da Secretaria geral da Presidência da República e no planejamento de aplicação de XXXX milhões (vii) Para desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa

com tecnologias conhecidas, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa de manejo do Jacaré-do-pantanal e da Tartaruga-da-amazônia. Foi publicada a portaria Ibama nº15/2013 de institucionalização do PQA (Programa Quelônios da Amazônia). Ainda em 2013 foi elaborado o plano de manejo do Minhocuçú e encaminhado para análise jurídica. (viii) Para compartilhar os manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano o IBAMA através do Programa Quelônios da Amazônia, com atividades sendo desenvolvidas em 10 estados brasileiros (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins), dois a mais em relação aos anos anteriores, compartilhou no período 12,948 milhões de quelônios. (ix) Para definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica, foram realizados estudos para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos nas sub-bacias do Tapajós e do Juruena (bacia do Amazonas). Os estudos foram concluídos e os resultados estão sendo analisados pelos dirigentes do Ministério do Meio Ambiente. (x) Foi realizado pelo ICMBio o cadastramento socioeconômico de famílias em 45 unidades de conservação que compor um banco de dados nacional.

Foram realizadas ações de articulação institucional, acordos de cooperação e estudos preparatórios para execução das metas relativas a: (i) caracterização de valor nutricional de espécies nativas, (ii) mapeamento e diagnóstico da distribuição geográfica de variedades crioulas e parentes silvestres, (iii) apoio a redes e sistemas comunitários de conservação da agrobiodiversidade.

2.2.2.3 – Objetivo 0797

QUADRO A.2.2.2.3 – OBJETIVO 0797

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Monitorar e incentivar o uso sustentável de Biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.		
Código	0797	Órgão	MMA
Programa	Combustíveis	Código	2022

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
	Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga	Un.	300			
	Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias do carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga	Un.	300			

Visando promover o uso sustentável de biocombustíveis (lenha e carvão) a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCND vêm articulando com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Ministério de Minas e Energia - MME ações que apresentem alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos. Apoiam a definição de indicadores e capacitação para processos de auditoria técnica para melhoria da eficiência energética e o uso sustentável da biomassa florestal. Ações para promover procedimentos de auditoria e uso energético sustentável da biomassa florestal, junto a instrumentos de fomento/crédito foram estruturadas.

Os três projetos apoiados para realizar pactos setoriais para sustentabilidade da matriz energética dos setores cerâmico e gesso, com recursos da parceria do FNMA com o Fundo Socioambiental da CAIXA e da parceria do Fundo Clima com o Fundo de Desenvolvimento Florestal, desenvolvem estudos, diagnósticos, avaliações, resultando num processo de compreensão de indicadores e de ações

de capacitação para melhoria tecnológica e o uso sustentável de biomassa florestal. Foram elaboradas “Cartilhas de Eficiência Energética para o Setor de Cerâmica Vermelha” que são utilizadas em cursos para proprietários, encarregados e técnicos. As Cartilhas definem procedimentos que apoiam os processos de auditoria. Em 2014 serão identificados os indicadores de eficiência para uso sustentável de biomassa florestal nas indústrias de calcinação do gesso e será pactuada uma ação para sustentabilidade da matriz energética do setor gesseiro e cerâmico envolvendo mais de 300 empresas.

Os procedimentos adotados nas Cartilhas possibilitam a definição de auditorias. Em 2014, essas iniciativas tiveram investimento de R\$ 10.000.000,00. Dois projetos visam apoiar a implantação de 15.000 hectares de manejo florestal comunitário na Caatinga e Cerrado, e 2 projetos fomentam a implementação de 1.200 fogões ecoeficientes promovendo a segurança energética para famílias rurais carentes. As iniciativas para a elaboração de planos de manejo florestal comunitário promovem a conservação ambiental sob produção sustentável nos assentamentos, podendo gerar uma renda média mensal adicional de R\$ 400,00 para cada uma das 1.500 famílias envolvidas diretamente.

Essas iniciativas promovem e dão suporte para uma ação maior para o manejo florestal sustentável em mais de 200 mil hectares de Caatinga, beneficiando mais de 7.000 famílias dos assentamentos da reforma agrária e da pequena produção rural, com uma renda mensal complementar.

Visando promover o uso sustentável de biomassa florestal, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB criou uma linha de financiamento específica para apoiar o manejo florestal de uso múltiplo e a melhoria tecnológica para eficiência energética para as indústrias gesseira e cerâmica.

Apoio à expansão do manejo florestal integrado de uso múltiplo foi definido uma estratégia de ação conjunta entre o Fundo Clima, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF e a Fundo Socioambiental da CAIXA para capacitação de profissionais e apoio a implantação planos de manejo florestal. Foi realizado evento envolvendo diretores e dirigentes dos órgãos ambientais do Nordeste para definir procedimentos para a normatização do manejo florestal pelos Estados. Além disso, a SEDR/DCD/MMA participa dos trabalhos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT para normatização do Manejo e vem apoiando a Rede de Manejo Florestal da Caatinga.

O GT Energia Renovável e o GT Manejo Florestal da CNCD vêm trabalhando com o Fundo Clima no incentivo a eficiência energética e ao desenvolvimento de aplicação de fontes de energia de menor contribuição para produção de GEE direta e indiretamente e no apoio ao manejo florestal de uso múltiplo integrado para convivência com a semiaridez, como estratégia para promover o uso sustentável de biomassa florestal.

2.2.2.4 – Objetivo 0793

QUADRO A.2.2.2.4 – OBJETIVO 0793

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.		
Código	0793	Órgão	MMA

Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.	Código	2029
-----------------	--	---------------	-------------

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado	Un.	1	0,00	0,00	0,00
2	Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal	Un.	10	0,00	0,00	0,00

Análise Situacional do Objetivo:

Atualmente, a elaboração e implementação do ZEE está contemplada no Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015) no âmbito do Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, constituindo o Objetivo 0793 – Elaborar e Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Dentro da estrutura programática do Objetivo 0793 coexistem duas metas: elaborar o Macrozoneamento Ecológico-econômico do bioma Cerrado e elaborar o ZEE em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal. Além dessas metas, também estão previstas quatro iniciativas, sendo elas:

- 036V – Compatibilização dos projetos de ZEE em diferentes escalas e sua integração ao zoneamento agrícola;
- 036W – Disponibilização e manutenção do banco de dados sobre planejamento e gestão territorial e promoção da elaboração de bases cartográficas;
- 036X – Elaboração e implementação do ZEE do território nacional, em suas múltiplas escalas;
- 036Z – Integração do ZEE com os demais instrumentos de planejamento e gestão territorial, em especial as Agendas 21, os planos diretores e os planos de bacia hidrográfica.

No sentido de compatibilizar os projetos de ZEE em diferentes escalas e sua integração ao zoneamento agrícola (iniciativa 036V), o Departamento de Zoneamento Territorial do MMA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) buscaram definir, ao longo de 2013, parâmetros mínimos para uniformizar e integrar os ZEE dos estados da Amazônia Legal.

Tal como previsto na iniciativa 036W, e considerando a importância da disponibilização dos dados geográficos associados ao ZEE para subsidiar os diferentes processos de tomada de decisão a partir do conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades do território, o Departamento de Zoneamento Territorial do MMA tem trabalhado em conjunto com a Embrapa Informática Agropecuária para organizar e disponibilizar aos usuários interessados os bancos de dados relativos aos ZEE que

abrançam a região da Amazônia Legal. Assim, em 2013, foram disponibilizados, por meio do *software* livre I3Geo (<http://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/>), os bancos de dados relativos ao MacroZEE da Amazônia Legal e aos ZEEs estaduais já reconhecidos pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE) para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais.

No âmbito da iniciativa 036X, foi concluída, em 2013, a elaboração do diagnóstico físico-biótico, socioeconômico e político-institucional do MacroZEE do bioma Cerrado, de acordo com os critérios estabelecidos no decreto federal nº 4.297/2002. Com recursos oriundos da Iniciativa Cerrado Sustentável (GEF Cerrado), foi finalizada a contratação de consultoria que irá elaborar os cenários tendenciais e alternativos da área de abrangência do bioma Cerrado para dois horizontes temporais (2022 e 2030). Estes cenários, juntamente com a caracterização atual do bioma proporcionada pelos diagnósticos, permitirão a proposição de uma série de estratégias de uso e ocupação desta porção do território nacional, que serão pactuadas com órgãos públicos e segmentos organizados da sociedade civil que atuam no bioma por meio de uma série de “mesas de diálogo”, permitindo a configuração de um pacto coletivo que visa agregar a dimensão ambiental às políticas e ações que têm o Cerrado como área de intervenção. Assim, espera-se cumprir, no primeiro semestre de 2015, a meta contida no PPA de elaborar o Macrozoneamento Ecológico-econômico do bioma Cerrado.

Em conformidade com o pacto federativo, o ZEE é executado de forma descentralizada e compartilhada entre a União, os estados e os municípios. De fato, segundo a lei complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre os entes da federação no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente, prevista no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, constitui ação administrativa da União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos estados elaborar o ZEE no nível estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional, e aos municípios a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes.

A União, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, tem priorizado a realização do ZEE em regiões que apresentam maior grau de conflitos e problemas socioambientais. Assim, para além da recente conclusão do MacroZEE da Amazônia Legal, está em curso a elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado e do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com o zoneamento constituindo ação estratégica do Programa de Revitalização da Bacia.

Ao mesmo tempo, a sanção do novo Código Florestal (lei nº 12.651/2012), que estabeleceu um prazo de cinco anos para que todos os estados brasileiros elaborem e aprovem seus ZEEs, contribuiu para conferir uma maior visibilidade ao zoneamento, com várias unidades da federação se dedicando, neste momento, à elaboração e conclusão de seus ZEEs. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional (por meio, em especial, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) têm fortalecido as ações de apoio à elaboração e implementação do ZEE dos estados, com cinco convênios (DF, GO, PE, PI e TO) e cinco acordos de cooperação técnica (AM, AP, MA, PI e RR) firmados até o final de 2013, para além de aproximações feitas com outras unidades da federação, como os estados do Acre, Bahia, Pará, Paraná e Rio de Janeiro.

O MMA tem avançado na revisão das diretrizes metodológicas do ZEE - de modo a incorporar novas temáticas à metodologia de elaboração do zoneamento, promover a integração com outros instrumentos de planejamento territorial e obter uma maior sinergia entre as dinâmicas territoriais que perpassam as porções continental, costeira e marinha do País - e na disponibilização dos bancos de dados das iniciativas de zoneamento já reconhecidas pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional

(CCZEE), de modo a subsidiar os diferentes processos de tomada de decisão a partir do conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades do território.

Análise Situacional da Meta 1:

Ação estratégica do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o MacroZEE do bioma Cerrado encontra-se em fase avançada de elaboração, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

Em 2013, foi concluída a elaboração do diagnóstico físico-biótico, socioeconômico e político-institucional do bioma, de acordo com os critérios estabelecidos no decreto nº 4.297/2002.

Em dezembro, contratou-se consultoria para elaborar os cenários tendenciais e alternativos da área de abrangência do Cerrado para dois horizontes temporais (2022 e 2030), que, juntamente com a caracterização atual do bioma proporcionada pelos diagnósticos, permitirão a proposição de uma série de estratégias de uso e ocupação desta porção do território nacional.

Tais estratégias serão discutidas, refinadas e pactuadas com órgãos públicos e segmentos organizados da sociedade civil com atuação no bioma por meio de uma série de “mesas de diálogo”, permitindo a configuração de um pacto coletivo que visa agregar a dimensão ambiental às políticas e ações que têm o Cerrado como área de intervenção.

Análise Situacional da Meta 2:

Cabe mencionar que o alcance desta meta está diretamente relacionado à ação orçamentária 20NL (Elaboração do zoneamento ecológico-econômico nos municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal), sob responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio da Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e da Coordenação de Meio Ambiente e de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Assim, a não disponibilização de recursos para a ação 20NL na Lei Orçamentária Anual de 2013 (lei federal nº 12.798/2013) comprometeu o alcance da meta estabelecida.

Ainda assim, o Ministério do Meio Ambiente tem apoiado institucional, técnica e financeiramente, a elaboração do ZEE dos municípios de Brasil Novo (PA) e São Félix do Xingu (PA), integrado ao processo de revisão do plano diretor municipal, e do ZEE da sub-região do Madeira do Estado do Amazonas, que compreende, dentre outros, os municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, que têm apresentado, recentemente, elevados índices de desmatamento.

2.2.2.5 – Objetivo 0229

QUADRO A.2.2.2.5 – OBJETIVO 0229

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais		
Código	0229	Órgão	MMA

Programa	Florestas, Prevenção e Controle dos Desmatamentos e dos Incêndios	Código	2036
-----------------	--	---------------	-------------

Análise Situacional do Objetivo:

O MMA, durante 2013, trabalhou para estabelecer as bases para a recuperação da cobertura vegetal dos biomas brasileiros de acordo com o preconizado na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. O MMA está trabalhando para normatizar isto analisando as oportunidades e gargalos existentes. A questão de recuperação da cobertura vegetal necessita de grande conhecimento técnico, pois as condições para que a recuperação ocorra é dependente de muitos fatores ambientais. A elaboração de metodologias para cada um dos biomas será uma grande contribuição para permitir que as metas estabelecidas sejam atingidas. O MMA promoveu a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com todos os órgãos estaduais de meio ambiente que serão os responsáveis pela análise dos cadastros ambientais rurais (CAR) realizados. Para viabilizar este cadastramento elaborou-se e disponibilizou-se aos Estados o SICAR (Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil), no entanto, 20 Estados utilizarão o sistema federal

METAS QUALITATIVAS (no âmbito da SEDR/MMA)	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Implantar o Cadastro Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - CAR
2	Implantar o Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - SICAR

Análise das Metas:

1) Aquisição de imagens de satélite de alta resolução dos anos de 2011 e 2012 para todo o território nacional; validação das imagens adquiridas; regulamentação do CAR e do PRA da Lei 12.651/12, por meio do Decreto 7.830/2012; Acordos de Cooperação Técnica firmados com todos os órgãos estaduais de meio ambiente que serão os responsáveis pela análise dos cadastros realizados; Acordos de Cooperação Técnica com instituições representativas dos produtores rurais visando a mobilização do maior número possível de produtores rurais; convênios com 7 estados para apoiar a implantação do CAR; apoio à realização do CAR em 11 municípios do estado do Pará, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Xingu, PDRS-Xingu ; apoio técnico aos Estados do Bioma Amazônia no processo de elaboração de projetos ao Fundo Amazônia; ampliação das linhas de financiamento para o CAR por meio da articulação com entes multilaterais e doadores, que implicou a elaboração de projetos de apoio à implantação do CAR no bioma cerrado, por meio do Fundo de Investimento Florestal – FIP e DEFRA; . capacitação de técnicos das Ematers de cada UF na segunda semana de dezembro, totalizando 81 técnicos, que serão os multiplicadores do CAR nos órgãos de assistência e extensão rural; em curso o desenvolvimento do Sistema Webambiente, em parceria com a EMBRAPA, visando a sistematização e divulgação de metodologias de recuperação de áreas degradadas de APP e RL a ser disponibilizada via internet, onde o produtor encontrará todas as informações sobre técnicas de recuperação, espécies por bioma, alternativas de recuperação com uso econômico; em curso, elaboração do Projeto Cerrado Legal, envolvendo ações conjuntas do MMA e

MDA/INCRA, visando estimular a regularização ambiental e fundiária em 80 municípios do Cerrado; em andamento a estratégia de elaboração do CAR nos Assentamentos de Reforma Agrária e Territórios de Comunidades Tradicionais.

2) Desenvolvimento dos módulos de inscrição, e de integração do SICAR, estando em curso o desenvolvimento do módulo de análise ; capacitação de cerca de 500 (quinhentos) agentes multiplicadores e gestores dos órgãos estaduais de meio ambiente e de entidades representativas dos produtores rurais em 19 Estados (8 estados utilizarão sistemas próprios); classificação das imagens de satélite visando facilitar e automatizar a inscrição e análise das informações no SICAR (em andamento); elaboração, produção e distribuição de material de divulgação; lançamento do Sistema em 17 Estados até o final do ano; Elaborada e submetida à Casa Civil, proposta de Instrução Normativa, prevista no Decreto 7.830/2013, visando o detalhamento de informações para a implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR; em desenvolvimento os conteúdos para implantação de Plataforma EAD (educação à distância) de capacitação no SICAR, voltado para capacitar cerca de 30 mil agentes facilitadores para operacionalizarem o cadastramento dos imóveis rurais.

2.2.2.6 – Objetivo 0231

QUADRO A.2.2.2.6 – OBJETIVO 0231

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.		
Código	0231	Órgão	MMA
Programa	Florestas, Prevenção e Controle dos Desmatamentos e dos Incêndios	Código	2036

Análise Situacional do Objetivo:

A integração das políticas para o controle do desmatamento e de mudança do modelo produtivo nas três esferas do governo (federal, estadual e municipal) está sendo implementado por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Para tanto, definiu-se como estratégia o monitoramento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários desse SG, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializá-las.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura,	Un.	5	0,00	0,00	0,00

	carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental.					
2	Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento.	Un.	1	1,00	1,00	100

Análise Situacional das Metas:

1) Houve alteração no foco da meta, inicialmente definido nas cadeias produtivas indutoras da mudança do modelo produtivo, para uma análise das principais políticas públicas que podem em conjunto alavancar novas oportunidades de desenvolvimento econômico (Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, Ações para o Fomento à Pesca e Aquicultura – MPA, Crédito Rural/BACEN, Concessão Florestal e Manejo Florestal Comunitário e Familiar/SFB e Plano da Agricultura de Baixo Carbono - ABC), o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializá-las. Foi concluído monitoramento das políticas referente ao 1º semestre de 2013 (anexo). Está em execução o monitoramento referente ao ano de 2013.

2) O Novo Código Florestal, Lei no 12.651 de 2012, definiu em seu artigo 41 que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. A regulamentação desse artigo está em curso e possibilitará o atingimento da meta estabelecida.

2.2.2.7 – Objetivo 0469

QUADRO A.2.2.2.7 – OBJETIVO 0469

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.		
Código	0469	Órgão	MMA

Programa	Florestas, Prevenção e Controle dos Desmatamentos e dos Incêndios	Código	2036
-----------------	--	---------------	-------------

Análise Situacional do Objetivo:

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, o INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e responsáveis pela execução da política nacional de ATER para esses produtores.

Para 2013 foram continuadas e ampliadas as ações de assistência técnica e capacitação, pré-requisitos para promover o a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia e na Caatinga. Além disso, houve a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que trará apoio às atividades de agroextrativismo, importante componente das políticas de manejo florestal comunitário.

No cômputo geral se obteve grande avanço com as chamadas de Assistência Técnica voltadas especificamente para o manejo florestal comunitário e extrativismo tanto em unidades de conservação quanto assentamentos e a inserção da temática nas chamadas voltadas para agricultores familiares, especialmente na Amazônia e caatinga.

O objetivo vem apresentando alguns resultados mais significativos na Caatinga, devido a melhor interlocução com os atores estaduais e com as representações regionais dos órgãos gestores das áreas de assentamento. Além disso, muitas das ações são desenvolvidas em áreas particulares de agricultores familiares, o que facilita o processo de aprovação dos Planos de Manejo. Na Amazônia o processo ainda se encontra lento por alguns problemas que podem ser identificados em todos os órgãos executores de metas nesse objetivo, quais sejam: 1. Falta de priorização política; 2. Escassez de recursos; 3. Sobreposição de agendas e dificuldade de coordenação entre órgãos; 4. Problemas na legislação.

Avalia-se que o objetivo é essencial para o controle do desmatamento ao propiciar alternativa de renda aos pequenos produtores residentes em áreas florestais, mas para que possa ser efetivamente cumprido até o fim do PPA será necessário um maior esforço de articulação de políticas

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros.	Un.	200	120	120	60

2	Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar.	Un.	6.000	15.000	18.831	313,85
---	---	-----	-------	--------	--------	--------

Análise Situacional da Meta:

1) Nesta meta foi realizado um curso de capacitação para a formação de agentes multiplicadores no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde, o qual atendeu 120 pessoas. Essa capacitação teve o objetivo de construir conhecimentos práticos da agricultura de base ecológica, manejo sustentável dos recursos naturais, gestão e administração de estabelecimentos familiares e organização sócio-política das comunidades. A capacitação buscou refletir os processos formativos, a partir das realidades das comunidades rurais e seus territórios nas regiões abrangidas pelo Programa, na Amazônia Paraense. Os cursos foram realizados em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB e contou com apoio da Embaixada Britânica, ocorrendo nos meses de novembro e dezembro de 2013, nos municípios paraenses de Belém, Santarém e Bragança. Em 2014, a partir da experiência e metodologia aplicadas, está prevista a formação de mais 180 agentes multiplicadores.

2) Essa meta está sendo realizada a partir da ação de diversos órgãos para a viabilização de uma assistência técnica de qualidade com vistas ao manejo florestal comunitário e familiar. Os órgãos participantes desta ação são o ICMBIO, SFB, MDS, MDA e INCRA.

Essa meta foi contemplada com a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para extrativistas beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde. A proposta de metodologia e o edital foram elaborados no âmbito do programa, envolvendo os órgãos que fazem parte do seu grupo gestor (MMA, MDA, SFB, MDS, INCRA, ICMBio). O público a ser atendido são famílias de áreas de Projetos de Assentamento e de Unidades de Conservação de uso Sustentável.

O edital da chamada pública para Assistência Técnica Extrativista foi lançado pelo INCRA com previsão de atender a 26.597 famílias residentes e/ou desenvolvem atividades de conservação ou exploração sustentável em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará. Em setembro de 2013 foram assinados os primeiros contratos e ordens de serviço para prestação de ATER à 16.743 famílias de Projetos Agroextrativistas (PAE) e Reservas Extrativistas (RESEX) em situação de vulnerabilidade social, estando os demais em processo de contratação. O valor dos contratos é de cerca de R\$ 70 milhões. Pelo menos 63% das famílias desse total estão em noventa PAEs criados pelo INCRA em dez municípios do Marajó, e em três RESEX do Nordeste paraense reconhecidas como beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Para 2014, está sendo programado o lançamento de novo edital para ampliação da assistência técnica as famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde. Os técnicos contratados deverão desenvolver ações de capacitação das famílias beneficiárias, contribuindo para a melhoria do manejo dos recursos florestais já realizados e de outros recursos ambientais utilizados.

Para os demais biomas, as ações de promoção de ATER para o Manejo Florestal Comunitário vêm sendo executada pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com o Fundo Nacional para Mudança do Clima, beneficiando produtores no Cerrado e na Caatinga.

2.2.2.8 – Objetivo 0563

QUADRO A.2.2.2.8 – OBJETIVO 0563

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.		
Código	0563	Órgão	MMA
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida	Código	2046

Análise Situacional do Objetivo:

Entre 2012 e 2013 os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, foram intensificadas as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha iniciada em 2010, para aumentar os conhecimentos, informações e qualificação da gestão costeira no Brasil, nos três níveis de governo. Esta ação se insere na Linha 1 do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF), que visa o ordenamento ambiental territorial da zona costeira. Como produto da parceria com a Espanha, o Brasil conta hoje com o SMC3.0, versão do software atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica, que ainda carecem de uma calibração fina, com base em dados pretéritos. Foram realizados dois cursos de formação na ferramenta, e realizado o II Seminário Internacional SMC Brasil, que teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Além disso, apresentou-se resultados de casos já desenvolvidos e foram propostos novos estudos pilotos, com o envolvimento das universidades e gestores estaduais. Ainda, foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do CNPQ, CAPES e PPGMAR. Também foi instituído por meio da Resolução 3/2013 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Comitê Executivo para o SMC Brasil, que ficará responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

Em relação aos efeitos de mudanças climáticas na zona costeira, foi realizado o Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira, que reuniu gestores e especialistas nacionais e internacionais para nivelar o conhecimento atual e avançar na proposição de métodos adequados à realidade brasileira. A questão da necessidade de alinhamento vertical entre os referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira foi debatida a fundo, com importantes resultados do ponto de vista do engajamento de atores e formuladas propostas de ação. Ficou claro que o IBGE é o ator principal para esta ação, carecendo, no entanto de respaldo superior para que o trabalho se desenvolva. Como ação concreta foi enviado ofício à Concar (Comissão Nacional de Cartografia), para que pautasse o assunto na próxima reunião, a ocorrer em 2014. Foi também apresentado um estudo elaborado pela Cepal em

escala regional para a América Latina e Caribe, para determinação de vulnerabilidades na zona costeira, estando em curso entendimentos entre o MMA e a Cepal para replicação do estudo para a costa do Brasil, em escala de maior detalhe. Ainda em relação à mudanças climáticas, foi constituída no âmbito do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, a Força Tarefa Zona Costeira, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação, que deverá estar concluído até 2014.

Tanto o desenvolvimento do SMC Brasil quanto os debates sobre mudanças climáticas confirmam que um dos grandes desafios no Brasil está relacionado à necessidade de um monitoramento contínuo e sistemático do ambiente costeiro e marinho, com a disponibilização dos dados para a sociedade, para a pesquisa e para apoio à gestão. O conhecimento das dinâmicas locais é um patrimônio inestimável pois cada vez mais as soluções de engenharia e as medidas para adaptação aos efeitos climáticos, necessitarão estar amparadas em bases sólidas de informação.

No escopo dos 25 anos da Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), foi realizado no Instituto Oceanográfico da USP o evento Oceanos & Sociedade 2013, tendo o PNGC como tema central. O evento contou com mais de 200 participantes e sua principal constatação é a de que nestes 25 anos muito pouco do PNGC foi implementado, recomendando-se apoio à implementação dos instrumentos previstos. Das recomendações relacionadas a apoio institucional consta o fortalecimento do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), a sugestão de criação de uma Frente Parlamentar para Oceanos e Costas no âmbito do Legislativo e de um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente para o Gerenciamento Costeiro e Oceânico. Em relação às ações de planejamento da ocupação da zona costeira foi recomendada a elaboração do Plano de Uso Compartilhado do Espaço Costeiro e Oceânico Brasileiro, a integração entre a gestão de Bacias Hidrográficas e a Gestão da Zona Costeira e Oceânica, e a criação de Unidades de Conservação marinhas para atendimento às metas de Aichi no escopo da Convenção da Biodiversidade.

No escopo do Projeto Orla, em 2012 foram formados 150 novos instrutores, com a realização de 3 cursos regionais (Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Fortaleza (CE), favorecendo a consolidação da política pública. Para a expansão do Projeto Orla mantém-se o desafio de construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial, e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor, garantindo o marco legal para a implementação das ações propostas no Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI).

Com relação à temática priorizada na Rio+20, o Lixo Marinho, foi desenvolvido todo um esforço federativo de divulgação do assunto nas etapas locais e estaduais da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, cuja temática central tratou de resíduos sólidos. O tema teve reflexo na etapa nacional, tendo sido elencado como uma das 60 deliberações resultantes, o que compromete o poder público a pautar e agir sobre tema na agenda governamental. De início trabalha-se para produzir um marco zero sobre a situação do lixo marinho no Brasil, tendo sido firmado Termo de Cooperação com a UFBA; a partir daí, tem-se elementos para construir a estratégia da política pública para enfrentamento deste problema, visando sua redução.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

1	Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla.	Un.	17	0	17	100
---	--	-----	----	---	----	-----

Análise Situacional da Meta:

Em 2012 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla, abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla. Uma demanda permanente do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla. Devido à grande quantidade de atores, a estratégia é desenvolver um curso a distância, que atenda às necessidades de capacitação. Neste sentido, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo proposta junto à Universidade Federal de Rio Grande, para formatação de um curso que atenda a cerca 500 técnicos, dos diferentes setores e esferas de governo.

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local
2	Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla
3	Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira

Análise Situacional:

1) No período, as principais ações visando esta meta foram (1) a realização em 2013 do Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira; (2) emissão de recomendação para que seja replicado para a costa brasileira, em escala de maior detalhe, o estudo elaborado pela Cepal em escala regional para a América Latina e Caribe e (3) a criação de uma Força Tarefa Zona Costeira para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que deverá estar concluído até 2014. As principais lacunas identificadas até o momento e que devem ser objeto de atenção e ações do governo federal são: i) a necessidade de se promover o alinhamento entre os referenciais verticais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira. O debate foi iniciado com a participação do IBGE, DHN/MB, dentre outros; e ii) a necessidade de um sistema de monitoramento sistemático e contínuo de dados oceanográficos, com a disponibilização dos dados.

2) A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis. Foram analisados o EPROINFO e o SIMEC, consistindo o primeiro em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia da Internet e permite a concepção, administração e

desenvolvimento de diversos tipos de ações, e o segundo permite o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. No primeiro semestre de 2013 não houve avanços para o alcance desta meta.

3) O Sistema de Modelagem Costeira (SMC) é uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Assim, como produto da cooperação técnica entre Brasil e Espanha, o Brasil conta hoje com o SMC 3.0, versão de software SMC atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica.

Foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas de solução frente aos graves problemas de erosão costeira. Em 2012 foi realizada missão brasileira à Universidade da Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em 2012 e 2013, ocorreram dois cursos de formação na ferramenta, capacitando ao todo 65 pesquisadores de norte a sul do país, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil. No primeiro semestre de 2013 ocorreu o II Seminário Internacional SMC Brasil, que contou com a participação de cerca de 120 gestores e especialistas e teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do CNPQ, CAPES e PPGMAR.

Como desafio, registra-se que a base de dados de 60 anos, obtida por meio dos mecanismos numéricos do SMC 3.0 Brasil foi validada com base em dados pretéritos fornecidos pela DHN/MB, dentre outras, apresentando excelentes resultados. No entanto, ainda há a necessidade de uma calibração mais fina e precisa com base em dados de ondas, disponíveis no INPH, subordinado à Secretaria de Portos, com quem temos mantido contato desde 2011 para acesso a tais dados, infelizmente ainda sem sucesso. Outro desafio para a sustentabilidade do projeto diz respeito à mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo para o SMC Brasil, instituído por meio da Resolução nº 3/2013 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

2.2.2.9 – Objetivo 0707

QUADRO A.2.2.2.9 – OBJETIVO 0707

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.		
Código	0707	Órgão	MMA (SMCQ)
Programa	Mudanças Climáticas	Código	2050

Análise Situacional do Objetivo:

Até o momento, os esforços do governo para promoção da adaptação à mudança do clima tem se concentrado na elaboração do plano nacional de adaptação e no suporte financeiro ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais, de iniciativas de adaptação e de estudos técnicos que têm resultado na identificação de impactos e no mapeamento de vulnerabilidades do país. O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) tem financiado projetos para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos em várias áreas. A modalidade não reembolsável do Fundo, em seu Plano Anual de Aplicação de Recursos de 2013, manteve linhas de financiamento específicas para iniciativas de adaptação.

Os recursos advindos do FNMC têm se mostrado como fator fundamental para a consecução do objetivo em questão, uma vez que tem viabilizado a realização tanto de projetos finalísticos com resultados diretos para as comunidades vulneráveis quanto de projetos estruturantes que permitem o mapeamento das vulnerabilidades nacionais, a aplicação de metodologias e a elaboração subsidiada de políticas públicas. Uma estratégia abrangente para reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, passa, pois, obrigatoriamente, pela integração de Iniciativas e Planos governamentais em curso, tais como: Plano de Alerta e Prevenção de Desastres; Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); Gerenciamento Costeiro; Combate a Desertificação; Políticas de Ordenamento Territorial Urbano; Código Florestal; entre outros. Nesse sentido, o MMA tem buscado se articular com outros órgãos do governo federal, merecendo destaque a aproximação com a ANA, com o Ministério das Cidades, com o Ministério da Integração e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação para tratar da questão, bem como o fortalecimento do diálogo entre a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) e outras Secretarias do próprio Ministério.

METAS QUALITATIVAS (no âmbito da SEDR/MMA)	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
2	Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas

2.2.2.10 – Objetivo 0945

QUADRO A.2.2.2.10 – OBJETIVO 0945

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.		
Código	0945	Órgão	FUNAI
Programa	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	Código	2065

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.	Un.	51	13	13	25,49
2	Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.	Un.	600	179	179	29,83

Análise Situacional das Metas:

1) Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAS se configuram como processos participativos de construção de acordos políticos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas. Nesse sentido, se caracterizam como processos nem sempre rápidos, uma vez que estão em conformidade com os tempos indígenas para tomadas de decisão e celebração de acordos, o que varia muito de caso a caso e, não obstante, está bastante atrelado às configurações sociopolíticas do grupo indígena, bem como às especificidades operacionais e logísticas (aldeias às vezes muito distantes umas das outras, dificuldades de locomoção e comunicação para agendar as reuniões, etc.).

No que se refere ao ano de 2013, algumas articulações foram importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015, por parte do MMA, em parceria da FUNAI e demais parceiros:

- Lançamento do edital no valor de R\$ 4.000.000,00 para seleção de projetos de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) a serem financiados pelos Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (edital do PDPI). Foram aprovadas 16 propostas de PGTA no âmbito da Amazônia Legal a serem financiados pelo Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (edital do PDPI).

- Elaboração de Edital com o Fundo Clima para apoiar a criação de PGTA nos biomas do Cerrado e Caatinga - Foi constituído Termo de Cooperação Internacional entre Funai, ABC e PNUD para implementação da PNGATI (BRA013/19 PNGATI). Os recursos do Fundo Clima no valor de R\$3.000.000,00 foram empenhados via destaque orçamentário para a Funai para elaboração de PGTA na região do Cerrado e Caatinga.

- Articulação iniciada com o Fundo Amazônia para elaboração e implementação de PGTA na Amazônia Legal, que contemplem também os temas de formação e fortalecimento institucional;

- - Em 2013, foram elaborados 7 PGTA; em elaboração 2 PGTA; 2 PGTA atualizados e revisados; 2 PGTA com implementação apoiada. Temos um total de 13 em elaboração, atualizados ou em implementação. Em Roraima dois PGTA foram finalizados em parceria com organizações indígenas nas TIs Serra do Moça, Boqueirão e Mangueira.

2) Realizadas 3 modalidades distintas de cursos de formação, tendo como foco norteador a gestão ambiental e territorial e a PNGATI: i) curso modular, a ser desenvolvido em 1 ano, totalizando 5 módulos e 200 horas/aula; ii) curso destinado às regionais, especialmente aos chefes de Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs, com duração de 5 dias; iii) curso itinerante para atender localmente as CRs ou Redes de CRs, de caráter intensivo (2 a 3 dias) e abarcando um número maior de servidores, especialmente os Comitês Regionais da Funai.

Destaca-se, como a principal atividade de 2013, apoiada diretamente pelo MMA, o Curso de formação de gestores em PNGATI – região sul/sudeste – bioma Mata Atlântica. Foi celebrado termo de cooperação técnica entre ICMBio e MMA no valor de R\$ 320.000,00 para formação de 40 participantes (indígenas e gestores federais) em PNGATI, divididos em 5 módulos, totalizando 200 horas/aula. Ressalta-se que as demais atividades ficaram no âmbito da FUNAI e demais parceiros.

Desse modo, tem-se: 97 gestores não indígenas participando de 5 cursos de formação continuada em PNGATI e 82 gestores indígenas participando de 4 cursos de formação continuada em PNGATI.

2.2.2.11 – Objetivo 0737

QUADRO A.2.2.2.11 – OBJETIVO 0737

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.		
Código	0737	Órgão	MTur
Programa	Turismo	Código	2076

2.2.3 – AÇÕES

2.2.3.1 – Ação 6087

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 6087

Identificação da Ação	
Código	10.44101.18.541.2012.6087-0001 Tipo: Atividade
Título	Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
Iniciativa	030N – Apoio e Fomento a processos de transição agroecológica; e experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos

	locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar.					
Objetivo	Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação. Código: 0760					
Programa	Agricultura Familiar		Código: 2012		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			Un.	2	2	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

A execução orçamentária da Ação foi prejudicada tendo em vista que o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o MMA, por intermédio das SEDR e SBF, e a EMBRAPA, só foi assinado em dezembro/2013. O Acordo em tela tem por objetivo a conjugação de esforços e realização de ações visando à obtenção de informações relativa à: (i) representatividade das espécies nos sistemas agrobiodiversos, tanto em termos de espécies e populações, quanto em variedades em cultivo, com ênfase para as variedades crioulas; (ii) representatividade geográfica (local, regional, ou nacional); (iii) situação de conservação das amostras em cada coleção, incluindo os recursos genéticos mantidos pelos agricultores; (iv) aspectos socioeconômicos e culturais; (v) intensidade de intercâmbio; (vi) atividades de pesquisa realizadas em agrobiodiversidade com os recursos genéticos 'on farm', realizadas pelos

movimentos sociais e pelas ONGs; (vii) infraestrutura disponível para a conservação das sementes; e (viii) necessidades de P&D, a curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, as metas previstas para 2013 deverão ser alcançadas ao longo do exercício de 2014.

2.2.3.2 – Ação 20VP

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO 20VP

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.541.2018.20VP-0001			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE					
Iniciativa	01UB – Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.					
Objetivo	Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais. Código: 0506					
Programa	Biodiversidade		Código: 2018		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: () PAC		(X) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
91.221.000,00	91.221.000,00	58.666.051,29	54.183.676,10	54.183.676,10	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Família atendida		Un.	73.000	73.000	51.072	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Análise Situacional:

Para atingimento da meta de 73.000 famílias beneficiadas no Programa Bolsa Verde até o fim de 2013, o MMA, juntamente com os Órgãos parceiros (ICMBio, INCRA, SPU), realizou-se mutirões do Bolsa Verde/Busca Ativa em 28 municípios do Pará. A ação possibilitou a inserção de um número concentrado de famílias nos dois últimos meses de 2013, além de permitir o cadastramento de famílias no Cadúnico, cujos efeitos de inclusão de novas famílias no Programa deverão ocorrer no primeiro semestre de 2014, contribuindo assim, para uma homogeneização de atendimento nas áreas incluídas no Programa. A ação em campo possibilitou também uma avaliação do Programa Bolsa Verde nas localidades para aprimoramento das estratégias de expansão.

Devido a entraves operacionais, os mutirões foram intensificados no 2º semestre de 2013, e contrariamente as expectativas, os resultados não foram imediatos devido também a uma série de condicionantes estipulados na legislação que rege o Programa Brasil sem Miséria. Desse modo, o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Verde ficou limitada a 51.072 até o fim de 2013, com perspectiva de superar a meta prevista para 2013 (73.000 famílias) já no 1º semestre de 2014.

O Plano Orçamentário 0002 da Ação (Cadastramento, Operacionalização e Monitoramento da Transferência de Renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental), com base na descrição da Ação 20VP, prevê, dentre outros, custear despesas com o cadastramento, a operacionalização, o monitoramento, a fiscalização da transferência de renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e a remuneração do seu agente operador. Desse modo, além do pagamento realizado ao agente operador (Caixa Econômica Federal) para cobrir as taxas de operacionalização do Programa, por intermédio deste Plano Orçamentário também foram custeados vários Termos de Cooperação, com ICMBio, SPU, INCRA, para viabilizar os mutirões e fortalecer as atividades voltadas ao cadastramento de famílias no Programa Bolsa Verde. Tem-se ainda a contratação de empresa especializada para apoiar o cadastro de novas famílias e a celebração de Termo de Cooperação com a UFRRJ, para desenvolvimento de atividades de monitoramento e divulgação referentes ao Programa Bolsa Verde. Foi empenhado também, em 2013, montante ao PNUD para ações de monitoramento da Bolsa Verde, no âmbito do Projeto BRA/11/021 (Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social). Ressalta-se, no entanto, que o número de benefícios pagos, meta do PO 0002, ficou abaixo do estipulado pela LOA tendo em vista os entraves para inserção de um número maior de famílias no Programa ao longo de 2013.

2.2.3.3 – Ação 20VQ

QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÃO 20VQ

Identificação da Ação	
Código	10.44101.18.541.2018.20VQ-0001 Tipo: Atividade
Título	Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e

	Agricultores Familiares.					
Iniciativa	01UD – Promoção das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais da Sociobiodiversidade e da Conservação e Uso Sustentável das Espécies da Biodiversidade.					
Objetivo	Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais. Código: 0506					
Programa	Biodiversidade		Código: 2018		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
400.000,00	400.000,00	117.981,56	78.940,30	78.940,30	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Família atendida		Un.	80	60	60	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

Os projetos implementados, no âmbito da Ação 20VQ, envolvem a capacitação de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em boas práticas para os produtos da sociobiodiversidade. Dessa forma, embora a Ação tenha sido bastante afetada com a limitação de empenho (contingenciamento) imposta ao MMA, a execução física apresentou um valor relevante pelo fato das atividades desempenhadas ao longo de 2013 terem uma grande capilaridade e poder de multiplicação. Dentro da Ação 20VQ, as duas atividades custeadas com o orçamento de 2013 obtiveram grande êxito.

A primeira delas foi a realização da 4ª Conferência Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas, realizada em Manaus, de 3 a 7 de julho de 2013, em parceria com governo do Estado do Amazonas e outros órgãos do Governo Federal. O encontro reuniu 350 representantes de nove calhas de rios dos estados e marcou os dez anos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. O encontro conseguiu estabelecer um espaço para a construção participativa das políticas públicas socioambientais, uma vez que os debates, além de incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades, também promovem o reconhecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à identidade e formas de organização. O evento possibilitou ainda um espaço de construção e participação social positivo aos delegados, representantes de povos e comunidades tradicionais do estado do Amazonas, e um importante espaço de avaliação, estabelecimento de novas diretrizes e articulação dos órgãos estaduais e federais para políticas voltadas aos povos e comunidades tradicionais. Esses resultados vão de encontro ao proposto pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, especialmente ao que diz respeito ao fortalecimento dos Conselhos Estaduais e fóruns locais de articulação dos PCTs, enquanto instrumentos para a implementação da Política.

A segunda atividade de relevância, realizada à conta da Ação 20VQ, diz respeito à publicação de materiais gráficos voltadas à capacitação de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e às boas práticas para os produtos da sociobiodiversidade. Dentre esses, podem ser citados o "caderno de notas sustentáveis", além de outros materiais utilizados em reuniões e encontros de povos e comunidades tradicionais. O Caderno, realizado com o apoio da Cooperação Internacional Alemã - GIZ, tem o objetivo de divulgar as principais políticas e programas do governo Federal, relacionados à gestão socioambiental para extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares (PCTAFs). Foram impressos 2 mil exemplares, destes 500 foram distribuídos no 2º Chamado da Floresta, que reuniu mais de mil extrativistas no Marajó-PA, em dezembro/2013. Dos demais exemplares, cerca de 1.000 serão distribuídos para redes de cooperativas associações de extrativistas, ONGs e prestadores de assistência técnica junto ao público alvo da publicação, atingindo indiretamente milhares de famílias.

Dessa forma, mesmo com a limitação de empenho imposta à Ação 20VQ, e com o apoio de governos estaduais, ONGs e outros órgãos do Governo Federal, conseguiu-se alcançar um número relevante referente à meta física da Ação, ou seja, 75% do previsto.

2.2.3.4 – Ação 20LY

QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÃO 20LY

Identificação da Ação		
Código	10.44101.18.754.2022.20LY-0001	Tipo: Atividade

Título	Eficiência Energética nos Principais Setores Produtivos Usuários de Lenha e Carvão Vegetal.					
Iniciativa	037M – Apoiar e Fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia.					
Objetivo	Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos. Código: 0797					
Programa	Combustíveis		Código: 2022		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade Adequada			Un.	1	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

Ação sem execução tendo em vista a limitação de empenho imposta à SEDR/MMA ao longo de 2013. No entanto, o Departamento de Combate à Desertificação (DCD/SEDR/MMA), por intermédio da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCDD), conseguiu realizar/articular pactos setoriais para sustentabilidade da matriz energética.

A questão energética é quem mais pressiona o meio ambiente. Dessa forma, o MMA vem promovendo iniciativas junto aos setores gesso e cerâmico para a sustentabilidade da matriz energética, por meio da melhoria tecnológica buscando mais eficiência no sistema, mais diversificação das fontes

energéticas renováveis e aumentar a oferta de biomassa florestal em base sustentável, por meio do manejo florestal sustentável em assentamentos da reforma agrária. Com a CAIXA Econômica e o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, estão sendo investidos entorno de R\$ 10 milhões em projetos visando a melhoria tecnológica para mais eficiência energética junto ao setor gesso e cerâmico e promovendo o manejo florestal em assentamento da reforma agrária, além de uma ação para elaboração de um programa de segurança energética familiar com fogões a lenha melhorados. O GT Energia Renovável e Manejo Florestal da CNCND vem trabalhando com o Fundo Clima no apoio a iniciativas para desenvolver um forno a energia solar e biomassa. Além do apoio a um estudo de caso para geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais descentralizadas usando a energia sinérgica da água em canais e de biomassa por meio do manejo florestal.

Somando-se a isso, a Secretaria Executiva do CNCND e o GT da Comissão Nacional de Combate à Desertificação iniciaram em 2013 articulações junto à SUDENE e ao Ministério de Minas e Energias visando à sustentabilidade da matriz energética por meio de melhoria tecnológica para eficiência e a promoção de fontes renováveis e a elaboração de um programa para segurança energética familiar.

2.2.3.5 – Ação 20VT

QUADRO A.2.2.3.5 – AÇÃO 20VT

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.127.2029.20VT-0001			Tipo: Atividade		
Título	Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE)					
Iniciativa	036X – Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas.					
Objetivo	Elaborar e Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial. Código: 0793					
Programa	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária Código: 2029 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
550.000,00	550.000,00	17.870,10	17.870,10	17.870,10	0,00	0,00
Execução Física						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Zoneamento Realizado			Porcentagem	82	82	60
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

Elaborar Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado: Ação estratégica do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o MacroZEE do bioma Cerrado encontra-se em fase avançada de elaboração, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

No primeiro semestre de 2013 foi concluída a elaboração do diagnóstico físico-biótico, socioeconômico e político- institucional do bioma, de acordo com os critérios estabelecidos no decreto federal nº 4.297/2002. No segundo semestre de 2013 foi finalizada a contratação da consultoria que irá elaborar os cenários tendenciais e alternativos da área de abrangência do Cerrado para dois horizontes temporais (2022 e 2030), que, juntamente com a caracterização atual do bioma proporcionada pelos diagnósticos, permitirão a proposição de uma série de estratégias de uso e ocupação desta porção do território nacional. Também, em novembro de 2013, foi realizada Oficina de Trabalho entre a Comissão Coordenadora do ZEE no território nacional (CCZEE) e o Consórcio ZEE Brasil no qual um dos pontos de pauta foi o processo de zonificação do bioma Cerrado. Foi deliberada a necessidade de encaminhamento dos produtos já elaborados, bem como o Banco de Dados Geográficos (BDG), ao respectivo colegiado para as devidas considerações e contribuições. Tais informações foram disponibilizadas para consulta do colegiado técnico em dezembro de 2013. Após essa etapa de validação federal, as estratégias serão discutidas, refinadas e pactuadas com órgãos públicos e segmentos organizados da sociedade civil com atuação no bioma por meio de uma série de “mesas de diálogo”, permitindo a configuração de um pacto coletivo que visa agregar a dimensão ambiental às políticas e ações que têm o Cerrado como área de intervenção.

Uma dificuldade identificada na execução da ação 20VT materializa-se no fato referente à realocação informal do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) à estrutura da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente, situação que gerou novas demandas e redefinições estratégicas na Gerência de ZEE.

Por sua vez, a baixa execução financeira (R\$ 17.870,00) do valor previsto na LOA 2013 (R\$ 550.000,00) é devido ao contingenciamento ocorrido na ação orçamentária referente às rubricas de custeio e investimento, acrescido da não conclusão do processo de compra de licenças do software ArcGIS 10 junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática (CGTI), do MMA, no presente exercício financeiro. Visto que o indicador, presente no Programa 2029, destinado ao monitoramento do processo de zonificação do bioma Cerrado considera como unidade a área (Km²) de

ZEE instituído por ato normativo, o valor de 82% supramencionado deve ser mantido, já que o acréscimo em área só será contabilizado quando da finalização do processo do MacroZEE do respectivo bioma.

Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal: Cabe mencionar que o alcance desta meta está diretamente relacionado à ação orçamentária 20NL (Elaboração do zoneamento ecológico-econômico nos municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal), sob responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio da Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e da Coordenação de Meio Ambiente e de Ciência, Tecnologia e Inovação. Assim, a não disponibilização de recursos para a ação 20NL na Lei Orçamentária Anual de 2013 (lei federal nº 12.798/2013), compromete o alcance da meta estabelecida.

Ainda assim, o Ministério do Meio Ambiente tem apoiado institucional, técnica e financeiramente, a elaboração do ZEE dos municípios de São Félix do Xingu (PA) e de Brasil Novo (PA), integrado ao processo de revisão do plano diretor municipal, e do ZEE da sub-região do Madeira do Estado do Amazonas, que compreende, dentre outros, os municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, que têm apresentado, recentemente, elevados índices de desmatamento.

2.2.3.6 – Ação 20M4

QUADRO A.2.2.3.6 – AÇÃO 20M4

Identificação da Ação	
Código	10.44101.18.541.2036.20M4-0001 Tipo: Atividade
Título	Promoção de Modelos Produtivos Rurais Sustentáveis
Iniciativa	00PT – Instituição de Sistemas e Cadeias Produtivas Sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal.
Objetivo	Instituir Sistemas Produtivos Rurais Sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento. Código: 0231
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	44101
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
650.000,00	650.000,00	399.409,15	149.409,15	149.409,15	0,00	250.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			Un.	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
200.000,00	200.000,00	0,00	Projeto Apoiado	Un.	1	

Análise Situacional:

Os recursos da referida ação foram utilizados para apoio a projeto de Formação de Multiplicadores em Desenvolvimento Rural Sustentável e Adequação Ambiental nas Propriedades Rurais da Agricultura Familiar apresentado pela Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP), registrado no SICONV com o número 775.900/2012. O projeto tem como objetivo formar 400 agricultores familiares em temas ligados a modelos de desenvolvimento rural em todos os biomas brasileiros, adequação ambiental, pagamentos por serviços ambientais, entre outros, por meio de atividades de capacitação (seminários e oficinas). Dificultou a execução do projeto o atraso na realização de todos os procedimentos necessários ao repasse dos recursos o que não possibilitou a realização das atividades ainda em 2013, no entanto, com os recursos disponibilizados essas serão realizadas em 2014.

Ressalta-se, ainda, que além dos R\$ 250.000,00 empenhados em 2013, referentes ao Convênio citado acima, a Ação 20M4 também contribuiu para apoiar encontros regionais e capacitação de pequenos agricultores e movimentos sociais no tema CAR, por meio da impressão de publicações e materiais gráficos. Por fim parte dos valores executados em 2013, serviu para custear o pagamento de servidores temporários, com base no Art. 2º da Lei 8.745/1993, lotados no Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável da SEDR/MMA.

2.2.3.7 – Ação 8308

QUADRO A.2.2.3.7 – AÇÃO 8308

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.541.2036.8308-0001			Tipo: Atividade		
Título	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação					
Iniciativa	00PA – Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de Sistema de Regularização Ambiental em todas as Unidades da Federação.					
Objetivo	Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais. Código: 0229					
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.808.048,00	32.808.048,00	31.543.839,48	30.158.250,53	30.158.250,53	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema Implantado		Percentual	100	100	89	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.649.026,70	1.389.276,70	0,00	Sistema Implantado	%	4	

Análise Situacional:

Os recursos orçamentários da referida ação foram utilizados conforme segue:

- 1- Compra de Imagens – R\$ 29.000.000,00

Aquisição do segundo acervo de imagens de satélite de alta resolução do ano de 2012 para todo o território nacional.

2- Termo de Cooperação Embrapa (Webambiente) – R\$ 274.560,00

O projeto Webambiente objetiva a elaboração de um sistema eletrônico, acessado via rede internacional de computadores, que disponibilizará técnicas, informações e serviços para a recomposição e manejo de áreas de preservação permanente e reservas legais em todos os biomas brasileiros. O Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e a Embrapa visando o desenvolvimento do projeto foi assinado no segundo semestre de 2013.

O recurso que foi transferido para a Embrapa previu o custeio de diárias e passagens para que os servidores da Embrapa envolvidos no projeto, além de colaboradores eventuais, pudessem se deslocar para os estados brasileiros visando à coleta de dados para subsidiar o sistema. Em função das dificuldades gerenciais de se utilizar os recursos definidos para o custeio das viagens foi decidido pelo comitê gestor do projeto que durante o curto período restante de 2013 o projeto deveria focar no bioma Cerrado, fato este que reduziu a necessidade de deslocamentos. Em função da impossibilidade da Embrapa de utilizar os recursos destinados a viagens, estes foram custeados pelo Ministério. Durante os últimos meses de 2013 foi realizado o trabalho de sistematização de informações a respeito das espécies florestais do Cerrado aptas a serem utilizadas na recomposição, que deu origem a uma planilha extensa. Paralelamente, a equipe de Tecnologia da Informação da Embrapa, sediada em Campinas, trabalhou no desenvolvimento do sistema eletrônico (software) que permitirá o acesso ágil a essas informações. No mês de dezembro foi realizada uma reunião em Brasília, visando a sistematização de informações a respeito de técnicas e custos de recomposição no bioma cerrado. Os dados compilados durante estas reuniões foram levados a Campinas nos dias 9 e 10 de dezembro onde ocorreu uma reunião junto com a equipe de tecnologia da informação da Embrapa para inserção destas informações no sistema eletrônico. Para o ano de 2014 está previsto o aperfeiçoamento do sistema eletrônico e um grande esforço de coleta de informações sobre recomposição nos demais biomas brasileiros.

3- 2ª Parcela Convênio do Rio Grande do Sul– R\$ 104.800,00

Em 2012 foram firmados 03 convênios com os Estados da PB, RJ e RS, para fortalecimento da capacidade técnica e de gestão para a implantação do CAR. Os três convênios somam R\$ 1.710.462,62, dos quais R\$ 1.157.166,02 em Despesas de Capital e R\$ 553.296,60 em Despesas Correntes. O convênio do RS (SEMA): nº 778613/2012 (R\$ 500.000,00), teve sua 1ª parcela empenhada em 2012 e a 2ª parcela, no valor de R\$ 104.800,00, com Orçamento de 2013. O projeto encontra-se em execução e foi aditado com previsão de conclusão para setembro de 2014.

4- Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Lavras (UFLA): R\$ 2.078.248,00 (sendo R\$ 1.120.00,00 de custeio e R\$ 958.248,00 de capital).

O TCT com UFLA, objetiva a capacitação de facilitadores em ambiente EaD, que deverá atender 30.000 agentes, em um ano. Foi repassado recursos de 2 milhões de reais, relativos a 1ª etapa que cumprirá a elaboração do conteúdo, pagamento de pessoal e parte dos custos administrativos; além de contribuir para a elaboração e implementação do Sistema de Cadastramento Ambiental (SICAR), desenvolvido em parceria com a Universidade.

Ao que tange a meta física da Ação, "sistema implantado", tem-se que o SICAR, através do qual os imóveis rurais promoverão a regularização ambiental, foi concluído e disponibilizado para 17 dos 19 estados que utilizarão o sistema desenvolvido pelo MMA, quais sejam:

RS - 28/09/13; GO - 23/10/13; RJ - 01/11/13; PI - 12/11/13;

CE - 13/11/13; MA - 14/11/13; RN - 18/11/13; PB - 19/11/13;

PE - 20/11/13; AL - 21/11/13; SE - 22/11/13; PR - 30/11/13;

SC- 17/12/13; MG - 09/12/13; AC - 19/12/13; RR-13/12/13;

AP - 17/12/13;

DF e AM: Aguardando indicativo de datas por parte dos estados para que se promova a disponibilização. Os demais estados utilizarão sistemas próprios que se integrarão ao SICAR.

Dessa forma, considera-se atingido 89% da meta.

2.2.3.8 – Ação 20W0

QUADRO A.2.2.3.8 – AÇÃO 20W0

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.542.2046.20W0-0001		Tipo: Atividade			
Título	Políticas para a Gestão Ambiental e Territorial da Zona Costeira					
Iniciativa	0471 – Gestão Ambiental Territorial da Zona Costeira.					
Objetivo	Realizar o Planejamento e a Gestão Ambiental Territorial da Zona Costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas. Código: 0563					
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	180.001,01	180.001,01	180.001,01	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de		Montante	

			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Instrumento Elaborado			Un.	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

No escopo Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, era prevista a assinatura de acordo de cooperação técnica com os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte para desenvolvimento de estudos de caso, com a participação dos gestores estaduais além de Universidades. A tramitação de tais acordos apresenta uma dificuldade inicial por envolver três entes, o MMA, o órgão ambiental estadual e a universidade. Vencidas as dificuldades, o ACT com Pernambuco foi firmado no primeiro semestre de 2013, porém o ACT com o Rio Grande do Norte ainda encontra-se em tramitação. Os entraves, apontados pela Conjur MMA, dizem respeito às competências do responsável pelo órgão ambiental estadual para firmar tal tipo de acordo. Importante registrar que mesmo sem o ACT firmado as parcerias estão estabelecidas e os estudos de caso desenvolveram-se dentro do previsto. Ainda no Projeto SMC-Brasil foram realizados o II Seminário Internacional e o segundo curso da ferramenta no Brasil. Dessa forma, atingiu-se a meta de 1 (um) instrumento elaborado para o exercício.

O Lixo Marinho foi um dos temas de destaque na IV Conferência Nacional do Meio Ambiente que teve como tema central a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tendo sido contemplado entre as 60 deliberações priorizadas. Nesta temática foi firmado Termo de Cooperação entre o MMA/SEDR e a Universidade Federal da Bahia para se estabelecer um marco zero sobre a situação do lixo marinho no Brasil. O TC foi firmado e publicado, os recursos descentralizados, porém no final do exercício a UFBA se manifestou pela devolução dos valores por falta de capacidade operacional para a execução. Adicionalmente, como coordenação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Em relação ao Projeto Orla, em 2013, ocorreram oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI) em cinco municípios no Ceará, além de Florianópolis/SC e Igarassu/PE.

Na temática “Mudanças Climáticas”, com o apoio do Fundo Clima, foi realizado seminário internacional para difusão de metodologias para mapeamento de vulnerabilidades, reforçando a necessidade de se estabelecer um referencial único para aferição do nível médio do mar, requisito fundamental para o estabelecimento de cenários e tendências.

No que tange à execução orçamentária da Ação, tem-se:

R\$ 60.459,61 – Servidores Temporários (Lei 8.745/93);

R\$ 120.100,00 – FURG (Termo Cooperação, celebrado com a Un. Federal do Rio Grande, visando a avaliação quali-quantitativa dos processos de elaboração e implementação dos Zoneamentos

Ecológico-Econômicos Costeiros (ZEECs) já conduzidos no Brasil, de modo a obter subsídios para a evolução estratégica e metodológica no ZEE do território nacional, em suas feições continental, costeira e marinha, conforme consta nos autos do Processo 02000.000245/2013-95);

R\$ 200.000,00 – UFBA* (Termo Cooperação, celebrado com a Un. federal da Bahia, para a criação de arcabouço informacional padronizado que possibilite a integração, o cruzamento e a sobreposição contínua de dados para o gerenciamento do Lixo Marinho em larga escala).

*Obs.: A UFBA devolveu a dotação recebida devido a entraves operacionais para execução das atividades previstas.

2.2.3.9 – Ação 20W2

QUADRO A.2.2.3.9 – AÇÃO 20W2

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.541.2050.20W2-0001			Tipo: Atividade		
Título	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação dos Efeitos da Seca e Convivência com a Semiaridez.					
Iniciativa	020C – Adequação Ecológica e Socioambiental de instrumento de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis a desertificação.					
Objetivo	Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação. Código: 0707					
Programa	Mudanças Climáticas		Código: 2050	Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.650.000,00	10.650.000,00	576.936,66	326.936,66	326.936,66	0,00	250.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Montante		

			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Plano Implementado			Un.	23	23	23
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

Valores empenhados em sua totalidade para o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, no âmbito do Projeto BRA/IICA/05/004 (Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil), para atendimento às demandas dos Resultados 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, inseridas no Objetivo Imediato 2 (Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASDs, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação). Desse modo, com a parceria do IICA, torna-se viável a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.

O Departamento de Combate à Desertificação - DCD, inserido no âmbito da SEDR/MMA, mantém a secretaria executiva da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD. Desse modo, a parceria com o IICA auxilia ainda na implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação – UNCCD, do Plano Nacional de Combate à Desertificação e dos Programas Estaduais, além de contribuir para o fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, e nas ações de combate à desertificação dentro do Brasil, sem esquecer a relação com a UNCCD.

Ressalta-se ainda que foi realizado, ao longo de 2013, um processo de adequação e qualificação no Projeto de Lei 2447, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. O PL está no Plenário da Câmara para votação. A CNCD vem trabalhando junto aos parlamentares para aprovação do PL, conjuntamente com a ASPAR/MMA. Além disso, O MMA com a CNCD vem buscando qualificar iniciativas em diferentes Programas do PPA no âmbito da Estratégia Decenal de Alinhamento da UNCCD: inserção nas ações de ATER (para qualificar as iniciativas de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria), o Plano SAFRA e vem fazendo articulações para influir nas ações do Plano do Semiárido – muito embora não tenha obtido eco até o presente. Uma ação importante está sendo elaborada para ações de conservação de solo visando à segurança hídrica e alimentar, no escopo do conceito Base Zero.

Por fim, o MMA intensificou, em 2013, um conjunto de iniciativas e recursos que assegure a sua efetiva implementação nas áreas susceptíveis à desertificação – ASD. Os esforços de articulação junto aos fundos: Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima; Fundo Florestal; Fundo Nacional do Meio Ambiente; Fundos Socioambientais da CAIXA, FUNBIO e ao Fundo Global Ambiental - GEF, somados a recursos dos programas orçamentários, incluídos aí a Ação 20W2, alcançam R\$ 100 milhões

de investimento em ações finalísticas no que tange ao Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação dos Efeitos da Seca e Convivência com a Semiáridade.

O valor de R\$ 10.000.000,00, referentes à Ação 20W2 para 2013, refere-se à Emenda Parlamentar nº 50030003 (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADES), a qual não foi liberada pela SRI/PR e cuja dotação orçamentária não foi disponibilizada para empenho.

2.2.3.10 – Ação 20W4

QUADRO A.2.2.3.10 – AÇÃO 20W4

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.541.2065.20W4-0001		Tipo: Atividade			
Título	Gestão Ambiental em Terras Indígenas					
Iniciativa	0413 – Promover a Gestão Ambiental participativa das Terras Indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas.					
Objetivo	Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas. Código: 0945					
Programa	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				Código: 2065	
	Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	182.104,50	17.704,50	17.704,50	0,00	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto Apoiado		Un.	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-	-	-

Análise Situacional:

Celebrado Termo de Cooperação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), visando a formação de gestores indígenas e gestores públicos para atuarem diretamente nos processos de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), conforme consta nos autos do Processo 02000.001864/2013-05.

Empenho feito ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, visando fortalecer as ações da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas - PNGATI, por meio dessa parceria com o organismo internacional, no âmbito do Resultado 1, do Projeto de Cooperação BRA/08/012 - Programa de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais.

2.2.3.11 – Ação 8990

QUADRO A.2.2.3.11 – AÇÃO 8990

Identificação da Ação						
Código	10.44101.18.541.2076.8990-0001		Tipo: Atividade			
Título	Sustentabilidade Ambiental do Turismo					
Iniciativa	02V9 – Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos.					
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737					
Programa	Turismo	Código: 2076	Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária	44101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (R\$)						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Desenvolvido			Un.	1	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29.946,36	0,00	0,00	-	-	-	

Análise Situacional:

Tendo em vista a limitação orçamentária imposta à SEDR/MMA, a Ação 8990 encerrou o exercício de 2013 sem limites para empenho. Desse modo, o apoio do MMA ao ecoturismo de base comunitária e à divulgação da Campanha Passaporte Verde, ficaram apenas em nível de articulação institucional com o MTur e PNUMA para a promoção da Campanha Passaporte Verde na Copa do Mundo 2014. Assim, a meta física estipulada para apoiar 1 (um) projeto de ecoturismo não foi alcançada, devido às restrições orçamentárias e à maior atenção dada à Campanha Passaporte Verde.

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

O processo de migração do Departamento de Zoneamento Territorial para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano em andamento no âmbito do MMA, facilitou a retomada do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, iniciativa que será executada com recursos provenientes do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS). Concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, criando um ambiente integrador no qual seja possível aumentar a capacidade institucional e de planejamento do setor, de maneira a contribuir para uma implementação mais harmônica de políticas e investimentos públicos que têm na água seu elemento principal, o INTERÁGUAS é financiado com recursos do Acordo de Empréstimo 8074-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Assim, a conclusão do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que teve início em 2013 e tem previsão de término em 2015, executada de forma integrada à revisão do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, contribuirá para orientar o uso múltiplo e racional dos recursos hídricos e para revitalizar esta importante bacia hidrográfica brasileira.

Considerando que o novo Código Florestal (lei nº 12.651/2012) estabelece um prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aprovem seus ZEEs, segundo metodologia unificada estabelecida em norma federal, o Departamento de Zoneamento Territorial do MMA tem buscado fortalecer a cooperação institucional, técnica e financeira com os estados brasileiros no sentido de viabilizar a

execução de projetos de ZEE nas escalas regional, estadual e local. Atualmente, para além dos convênios em vigor com Goiás, Piauí e Tocantins, foram firmados acordos de cooperação técnica com Amapá, Amazonas, Piauí e Roraima, encontrando-se em negociação instrumentos do mesmo tipo com Distrito Federal, Maranhão e Paraná. Relações de cooperação também têm sido mantidas com outras unidades da federação, como Acre, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

No que tange à pauta extrativista, cabe destaque ainda no ano de 2013, a iniciativa para a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – mediante a Portaria Interministerial nº 29 de 8 de fevereiro daquele ano – com a finalidade de elaborar um Plano do Fortalecimento do Extrativismo (PLANAFE).

Esta iniciativa se insere na estratégia do governo federal de articular as políticas do governo voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social para as populações extrativistas. O GTI, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), é integrado pelos Ministérios: do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as organizações da sociedade civil: Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras (CONFREM). Ao longo de 2013 realizaram-se três (03) reuniões do GTI, além de diversas reuniões com outros parceiros do governo e da sociedade civil.

Ainda no contexto de fortalecimento da pauta extrativista, em novembro de 2013, o Governo Federal apoiou a realização do 2º Chamado da Floresta, organizado pelo CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas. O evento ocorreu em Melgaço no Estado do Pará, com a participação de cerca de 1.600 extrativistas, representantes de diversas categorias e organizações como pescadores, seringueiros, ribeirinhos, geraizeiros, fundo de pasto e quebradeiras de coco babaçu. Além disso, estiveram presentes 4 Ministros (MMA, MDS, MDA e SG/PR) e cerca de 50 técnicos do governo federal (MMA, MDA, MDS, MS, MEC, SPU, ICMBio, Incra e Conab).

Para o Governo Federal foi uma oportunidade para a realização de um balanço e avaliação das políticas públicas implementadas para as populações extrativistas, mas principalmente para propor uma agenda de compromissos e metas com vistas ao desenvolvimento do extrativismo no Brasil, no curto, médio e longo prazo.

A partir de 2014, as demandas da agenda do extrativismo estão sendo sistematizadas e monitoradas por uma 'mesa de diálogos', composta por secretários e representantes de pastas que dialogam com o tema, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ressalta-se que, embora a execução orçamentária das Ações 6087 e 20VQ tenham sido relativamente baixas, as articulações de ações com outros setores de governo e com organizações da sociedade civil, na perspectiva de construção de políticas públicas mais abrangentes, que contemple as populações tradicionais e extrativistas, a partir de uma perspectiva mais estratégica da SEDR, contribuíram para que a pauta extrativista não fosse prejudicada.

Foi iniciado o processo de elaboração da matriz que será utilizada para o monitoramento da implantação do CAR pelas Unidades da Federação. Essa matriz foi desenvolvida pela equipe técnica com apoio da cooperação alemã GIZ. A matriz possui 9 indicadores que permitem avaliar o grau de execução das ações necessárias para implantação do CAR. Essa matriz será validada com as Unidades da Federação e será implantada em seguida.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 123, DE 15/05/2013

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Com relação aos controles da unidade, informa-se que a SEDR obedece todos os trâmites processuais definidos por meio de normativos internos e externos durante a execução de suas ações, incluindo-se a análise da Assessoria Especial de Controle Interno da Ministra de Estado de Meio Ambiente, assim como da Consultoria Jurídica do MMA, sempre que necessário.

A SEDR possui na estrutura do seu gabinete uma Coordenadoria Adiministrativa-Financeira e uma Divisão de Apoio Administrativo que servem como assessorias especializadas.

3.2 – AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de			X		

conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 – REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Não se aplica à UJ.

3.4 – SISTEMA DE CORREIÇÃO

Ressalta-se que todos os procedimentos iniciados pela SEDR estão subordinados à correição da Consultoria Jurídica do MMA, tendo em vista que a SEDR não conta com sistema de correição próprio.

3.5 – CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

As disposições dos arts. 4º e 5º da portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, referentes à SEDR, foram cumpridas.

3.6 – INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Com base nos indicadores de gestão adotados pela SEDR em 2013, destacam-se as metas estipuladas junto ao SIGOV, assim como os Instrumentos de Gestão Ambiental para atender aos requisitos do Decreto 7.133/10, utilizada no processo de avaliação de desempenho dos servidores.

Os indicadores institucionais desenvolvido por esta UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício são:

- 1 - “Quantidade de Instrumentos de gestão ambiental e territorial elaborados ou monitorados para ambientes rurais, costeiros, e territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais”.
- 2 - “Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza que recebem ou receberão pagamento pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural”.
- 3 - “Número de Instituições Públicas e Privadas desenvolvendo ações na Implementação do Cadastro Ambiental Rural”.

Somando-se a isso, o Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade – SIGOB permite à UJ atualizar e monitorar as duas metas prioritárias da SEDR, quais sejam, o Cadastro Ambiental Rural - CAR e o Programa Bolsa Verde.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 – PROGRAMAÇÃO

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS – UGs 440040 e 440108

(em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária : MMA			Código UO: 44101		UGO: 440002	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			0,00	0,00	126.084.064,00	
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013 (A)			0,00	0,00	126.084.064,00	
Dotação final 2012(B)			0,00	0,00	80.036.395,00	
Variação (A/B-1)*100			0,00	0,00	57,53%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			1.358.048,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00

	Créditos Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013 (A)		1.358.048,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2012(B)		1.208.000,00	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100		12,42%	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica:

Com base no quadro acima, percebe-se grande evolução do Orçamento referente às Despesas Correntes da Unidade, próxima a 60%. Esse incremento é justificado devido à expansão da Ação 20VP (Bolsa Verde) para 2013. Previa-se, inicialmente, pagar 4 (quatro) benefícios de R\$ 300,00 (trezentos reais) anuais para 73.000 famílias. No entanto, o Programa iniciou o ano de 2013 com 34.400 famílias inseridas.

Desse modo, parte da dotação prevista para pagar benefícios foi remanejada para atividades de monitoramento ambiental, operacionalização, capacitação de beneficiários e ações de busca ativa para o cadastramento de novas famílias no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – Bolsa Verde, fundamentais para o atingimento dos objetivos do programa.

A outra Ação Orçamentária de grande relevância monetária, a Ação 8308, cuja finalidade é apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de demais atividades voltadas à regularização ambiental de imóveis rurais, também contribuiu para o acréscimo da Dotação Inicial concedida à SEDR pelo fato de ser a origem dos créditos orçamentários disponibilizados para compra de imagens de satélites de alta definição.

De modo geral, e com base nas prioridades definidas pela direção do MMA, a SEDR deu maior atenção às Ações voltadas ao CAR e Bolsa Verde, justificando-se com isso o grande incremento na dotação concedida à Unidade. Dessa forma, o restante do referencial monetário para elaboração do Orçamento de 2013 foi programado na tentativa de uma distribuição equânime para as demais Ações da Unidade. Porém, as demais Ações tiveram grande discrepância quando comparadas ao montante destinado às Ações 20VP e 8308.

Desse modo, as demais agendas estratégicas da UJ, como o combate ao desmatamento e convivência com o semiárido; ações voltadas ao Zoneamento; além de atividades relativas aos povos e comunidades tradicionais, foram desenvolvidas, em grande parte, por meio do apoio de parceiros e Fundos Governamentais.

No que tange às despesas de capital, o acréscimo de pouco mais de 10% não trouxe grandes discrepâncias em relação ao orçamento anterior, mantendo, inclusive, a mesma base de programação utilizada em 2012.

4.1.2 – MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (R\$ 1,00)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	440001	2000	-	-	32.948,11
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	440001	20VQ	-	-	117.981,56
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	440001	8308	-	-	29.245.646,92
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 -	5 - Inversões	6 - Amortização

				Investimentos	Financeiras	da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440108	440001	20VP			1.364.431,13
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440108	440040				1.700.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

QUADRO A.4.1.2.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (R\$ 1,00)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos da	3 - Outras Despesas

				Sociais	Dívida	Correntes
Concedidos	440108	110511	20VP			800.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440108	153166	20VP			1.061.258,89
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440108	170011	20VP			90.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da	3 - Outras Despesas

					Dívida	Correntes
Concedidos	440108	370001	20VP			150.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440108	443032	20VP			2.598.200,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	135039	8308			125.884,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	440040	135039	8308	45.000,00		
Recebidos						
Origem da	UG		Classificação	Despesas Correntes		

Movimentação	Concedente	Recebedora	da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
	Concedidos	440040	153032	8308		
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	440040	153032	8308	958.248,00		
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
	440040	153038	20W0			200.000,00
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	154042	20W0			120.100,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da	UG		Classificação	Despesas Correntes		

Movimentação	Concedente	Recebedora	da ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	194088	20G4			3.000.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	440040	443032	20W4			2.598.220,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.3 – REALIZAÇÃO DA DESPESA

QUADRO A.4.1.3.1. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: MMA		Código UO: 44101		UGO: 440002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
Não se aplica à UJ.					
2. Contratações Diretas (h+i)					
Não se aplica à UJ.					
3. Regime de Execução Especial					
Não se aplica à UJ.					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
	-	-	-	-	-
l) Diárias					
	200.707,57	195.328,53	200.707,57	195.328,53	
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes									
Diárias – Civil	180.863,67	160.487,13	180.863,67	160.478,13	0,00	0,00	180.863,67	160.478,13	
Passagem desp. Locomoção	396.864,91	301.900,00	334.923,13	271.995,30	61.941,7	29.904,70	334.923,13	271.995,30	
Outros Serv. Terceiros –PF	19.843,90	34.850,40	19.843,90	14.850,40	0,00	20.000,00	19.843,90	14.850,40	
Outros Serv. Terceiros – PJ	2.592.349,18	6.112.883,66	487.349,18	1.970.471,25	0,00	4.142.412,41	487.349,18	1.970.471,25	
Outros auxílios Fin. – PJ	51.420.000,00	31.350.100,00	51.420.000,00	30.219.000,00	2.105.000,00	1.131.100,00	51.420.000,00	30.219.000,00	
Material de consumo	0,00	97.519,00	0,00	0,00	0,00	97.519,00	-	-	
Serviços de Consultoria	-	380.000,00	0,00	0,00	0,00	380.000,0	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Investimento	104.800,00	985.811,70	0,00	0,00	104.800,00	985.811,70			
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
5. Inversões Financeiras									
Não se aplica à UJ.									
6. Amortização da Dívida									
Não se aplica à UJ.									

4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à UJ.

4.3 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	6.786.747,81	1.974.315,81	2.861.560,87	1.950.871,13
2011	0,00	1.253,82	40.404,14	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-

4.4 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 – RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (31/12/2013)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Ministério do Meio Ambiente									
CNPJ: 37.115.375/0002-98					UG/GESTÃO: 440040 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	760454/2011	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - CNPJ 63601769000185	371.830,00	37.183,00	0,00	334.647,00	22/12/11	30/04/2014	1
1	761307/2011	Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade – Pernambuco - CNPJ 13471612000104	500.000,00	50.000,00	0,00	450.000,00	30/12/11	30/09/2014	1
1	760548/2011	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos – Tocantins - CNPJ 05016202000145	495.724,52	57.221,50	0,00	438.503,02	26/12/11	30/09/2014	1
1	760410/2011	Associação Nacional da Agricultura Camponesa - CNPJ 05357888000138	422.838,10	0,00	0,00	422.838,10	30/12/11	21/06/2013	1
1	760363/2011	Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços - CNPJ 81188724000102	487.440,00	40.190,00	0,00	200.000,00	30/12/11	11/05/2013	1
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	760557/2011	Governo do Estado do Acre - CNPJ 63606479000124	3.300.000,00	300.000,00	0,00	3.000.000,00	30/12/11	31/10/2014	1
1	761392/2011	Empresa de Assist Técnica e Ext Rural do Estado do Pará - CNPJ 05402797000177	3.073.747,48	408.915,48	0,00	2.664.832,00	30/12/11	31/10/2014	1
1	750527/2010	Prefeitura Municipal de Paragominas - CNPJ 05193057000178	350.000,00	100.000,00	0,00	250.000,00	30/12/10	30/12/12	4
1	715401/2009	Estado do Piauí / Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	400.005,95	50.005,95	0,00	350.000,00	30/12/09	30/04/2014	1
1	721151/2009	Estado de Goiás / Secretaria de Estado das Cidades	334.000,00	34.000,00	0,00	334.000,00	30/12/09	30/03/2014	1
3	002/2011	UFSC - CNPJ 83.899.526/0001-82	397.500,00	0,00	0,00	397.500,00	31/12/11	31/12/2014	1
3	672893/2011	CENSIPAM 110511/00001	2.831.400,00	0,00	0,00	1.508.745,00	15/12/11	15/12/15	4

1	775631/2012	Estado do Tocantins / Secretaria de Estado de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública	400.000,00	20.000,00	380.000,00	380.000,00	31/12/12	27/09/2014	1
1	777033/2012	GDF CNPJ 00.394.601/0001-26	400.000,00	40.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/11/13	5
1	778200/2012	SUDEMA CNPJ 08.329.849/0001-15	545.650,00	51.400,00	494.250,00	494.250,00	30/12/12	13/06/2014	1
1	778203/2012	INEA CNPJ 10.598.957/0001-35	599.792,04	99.965,34	440.122,70	499.829,70	28/12/12	27/07/2014	1
1	778613/2012	SEMA CNPJ 03.330.683/0001-33	565.020,58	65.020,58	395.200,00	395.200,00	30/12/12	30/05/2014	1
1	775900/2012	Assoc. Desenv. Regional Oeste do Paraná – ADEOP – CNPJ: 07.752.576/0001-54	450.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00	28/12/12	21/09/2014	1
3	674571/2013	ICMBio	1.744.470,00	0,00	1.744.470,00	1.744.470,00	17/05/13	31/12/2013	4
3	674745/2013	ICMBio	915.750,00	0,00	915.750,00	915.750,00	07/06/13	31/12/2013	4
3	674699/2013	INCRA	150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	29/05/13	31/12/2013	4
3	675124/2013	SPU	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	01/07/13	31/12/2013	4
3	675088/2013	ICMBio	312.700,00	0,00	94.500,00	94.500,00	17/07/13	31/12/2014	1
3	675123/2013	FURG	120.100,00	0,00	120.100,00	120.100,00	01/07/13	31/12/2013	1
3	675587/2013	Embrapa / Cerrados	1.016.696,00	0,00	274.580,00	274.580,00	04/09/13	31/12/2015	1
3	675764/2013	UFBA	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00	16/09/13	31/12/2013	6
3	676886/2013	UFRRJ	4.392.904,57	0,00	1.061.258,89	1.061.258,89	26/11/13	31/12/2015	1
3	677257/2013	FUNAI	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	12/12/13	31/12/2015	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

4.4.2 – QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (R\$)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável					
CNPJ:	37.115.375/0002-98					
UG/GESTÃO:	440040/00001 e 440108/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	5	7	1.909.572,70	396.302,12	6.887.982,02
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	10	1	1	7.610.658,89	2.240.249,02	397.500,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	10	6	8	9.520.231,59	2.636.551,14	7.285.482,02

Fonte: SIAFI e SICONV

4.4.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente			
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável			
CNPJ: 37.115.375/0002-98		UG/GESTÃO: 440040/00001 e 440108/00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
		Convênios	Termo de Cooperação Contratos de Repasse

2013	Contas Prestadas	Quantidade	4	1	0
		Montante Repassado	1.122.838,10	1.508.745,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	102.500,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI e SICONV

4.4.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE. (Posição em 31/12/2013 – R\$ 1,00)

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável			
CNPJ: 37.115.375/0002-98		UG/GESTÃO: 440040/00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados	Instrumentos	
		Convênios	Contratos de Repasse

2013	Quantidade de Contas Prestadas			4	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
			Montante Repassado (R\$)	700.000,00	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-	
		Montante Repassado (R\$)	422.838,10	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-	
		Montante repassado (R\$)	102.050,00	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	197.000,00	-
Fonte: SIAFI / SICONV				

4.4.5 – ANÁLISE CRÍTICA

No exercício de 2013, a SEDR não celebrou convênios novos. No entanto, celebrou 10 (dez) Termos de Cooperação com órgão/entidades da Administração Federal visando implementar e auxiliar na execução de suas Ações.

Destacam-se aí os Termos celebrados com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Esses termos apresentam grande relevância para auxiliar no monitoramento e operacionalização do Programa de Apoio à Conservação – Bolsa Verde, além do cadastramento de novas famílias no Programa, por meio dos mutirões realizados no segundo semestre de 2013.

Ressaltam-se ainda os Termos de grande relevância celebrados com a Embrapa/Cerrados, para auxiliar na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), por meio do Sistema *Webambiente*; além do Termo celebrado com a FUNAI para implantação de planos de gestão ambiental em Terras Indígenas, por meio de recursos oriundos do Fundo Clima.

Destacam-se, por fim, os Termos celebrados com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), para atividades relativas à gestão e ao zoneamento ecológico nas áreas costeiras.

No tocante a apresentação de prestação de contas de instrumentos celebrados com esta SEDR/MMA, informamos que todas as prestações de contas foram apresentadas. O Convênio 718958/2009, que havia apresentado a documentação de maneira formal (não consta informação de sua execução no portal do Siconv) e, para tanto, foram diligenciados comunicado da necessidade de inserção de dados junto ao portal de Convênios para que esta unidade possa fazer uma análise dentro das normas da Portaria nº 507/11, continua em fase de análise de prestação de contas. O Convênio 777033/2012, celebrado com o GDF, foi encerrado sem haver execução ou repasse de recursos. O Convênio 760363/2011, celebrado com a Cooperiguaçu, foi encerrado e teve sua prestação de contas aprovada pelo concedente. Já o instrumento celebrado com a Associação Nacional de Agricultura Camponesa (ANAC), está em fase de análise da prestação de contas apresentada pelo conveniente. Os demais convênios celebrados por esta Unidade Gestora, com previsão de término até o exercício de 2013, tiveram a sua vigência prorrogada.

O convênio firmado com o município de Paragominas – PA (SICONV nº 750527/2010), estabelecia a implantação de um Polo Moveleiro, e o mesmo foi finalizado com o “processo de prestação de contas” dos valores repassados, com a devida aprovação do mesmo junto ao SICONV. O objeto do convênio foi o de implantar uma estrutura de apoio ao desenvolvimento do município, melhorando o nível de emprego e renda das famílias no segmento de marcenarias de micro e pequeno porte, através da construção de um galpão e nesta a instalação de uma incubadora industrial moveleira, com suporte de infraestrutura, capacitação profissional, gerencial e consultoria, buscando consolidar a alteração da matriz produtiva na região de entorno da cidade de Paragominas-PA. Os impactos posteriores desta iniciativa pela construção do primeiro galpão, já atraiu outras cinco novas empresas do ramo, com

previsão, ainda, da construção, de uma grande indústria moveleira paulista na cidade. A movimentação da economia local e a possibilidade de melhoria de renda para as famílias mobilizadas neste projeto são benefícios permanentes e duradouros que ultrapassam o prazo de vigência, item fundamental para realização de convênios.

O Convênio firmado com o município de Marabá-PA, SICONV nº 750396/2010, teve dois Termos Aditivos de prorrogação de prazo, de um ano cada, e foi feita uma visita técnica por parte do MMA em março de 2011. Foi recomendada a substituição da área destinada à construção do galpão para implantação do polo moveleiro já que não atendia aos objetivos propostos no Plano de Trabalho inicial. Durante a vigência dos Termos Aditivos de prazo, houve a transição de governo pela eleição municipal e o novo prefeito não apresentou título de posse da nova área para construção do galpão e, além disso, o município apresentava pendências de ordem tributárias que impediam qualquer possibilidade de manutenção do convênio. Restou-nos, conforme determina a Portaria Interministerial nº 127 de 29.05.2008 solicitar a devolução dos recursos ao Tesouro Nacional. A respeito do convênio firmado com a Prefeitura de Marabá-PA, aconteceu a conclusão do mesmo mediante a prestação de contas aprovada seguindo a conduta para os convênios junto ao SICONV. Foi devolvido o valor R\$ 250.000,00, isto é a integralidade do valor repassado somando-se o rendimento de aplicações da transferência voluntária do convênio, mediante GRU 040012010, recolhida ao Tesouro Nacional e paga no Banco do Brasil em 28.03.2013.

Ressalta-se, conforme citado anteriormente, que o Termo de Cooperação celebrado com a FUNAI, embora esteja no âmbito da UG 440040, foi celebrado com dotação orçamentária proveniente da Ação 20G4 - Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima, provenientes da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA (Fundo Clima).

4.5 – SUPRIMENTO DE FUNDOS

4.6 – RENÚNCIA DE RECEITAS

4.7 – GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Os itens 4.5, 4.6, 4.7 não se aplicam à realidade da UJ.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 – DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UJ

5.1.1.1 – Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/13

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	84	1	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	84	1	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	78	1	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	4		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há			
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2		
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	6		3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	11	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	101	2	9

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

5.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31/12/2013
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2

1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	3
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	12
Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA	

5.1.2 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	19	1	-
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há			-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	19	1	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	5		-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1		-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	2		-
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	11	1	-
1.2.5. Aposentados	Não há			-
2. Funções Gratificadas	Não há			-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há			-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há			-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há			-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	19	1	-

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	17	32	18	11	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	17	32	17	8	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários			1	3	2
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	5	8	2	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	5	8	2	2
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	19	37	26	13	6

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

5.1.2.3 - Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo		2		3	6	71			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		2		3	6	65	23	14	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários						6			
2. Provimento de Cargo em Comissão					3	16			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	16			
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	-	2		3	9	87	23	14	1
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

5.1.3 – CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

5.1.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS**5.1.5 – CADASTRAMENTO DO SISAC****5.1.6 – ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS****5.1.7 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA****5.1.8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

Serão apresentados de forma consolidada pela SPOA/SECEX/MMA (UG 440001).

5.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Não se aplica à UJ. Informações consolidadas pela SPOA/SECEX/MMA (UG 440001).

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica à realidade da UJ, tendo em vista que a gestão patrimonial, de todas as Unidades do Ministério do Meio Ambiente, está sob responsabilidade da SPOA/SECEX. Tais informações serão consolidadas no âmbito da Unidade Gestora 440001.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Não se aplica à realidade da UJ, tendo em vista que a gestão da Tecnologia da Informação e do Conhecimento, de todas as Unidades do Ministério do Meio Ambiente, está sob responsabilidade da SPOA/SECEX. Tais informações serão consolidadas no âmbito da Unidade Gestora 440001.

Vale ressaltar que a SEDR participou da aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2013-2015 do MMA, ocorrida em maio/2013. A UJ possui demandas específicas dentro do Plano, por meio das “Necessidades do Negócio” N14, N15, N16 e N17. No entanto, e apesar de prevista no Plano aprovado e da existência de dotação orçamentária para tal, a aquisição de ferramentas de *softwares*, equipamentos e desenvolvimento de sistemas demandados pela SEDR ficou comprometida, no exercício de 2013, tendo em vista as novas diretrizes adotadas pela CGTI/SPOA/SECEX/MMA, para a gestão de tecnologia da informação no âmbito do MMA, assim como a demora na aprovação do PDTI.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não se aplica à realidade da UJ, tendo em vista que a gestão na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, de todas as Unidades do Ministério do Meio Ambiente, está sob responsabilidade da SPOA/SECEX. Tais informações serão consolidadas no âmbito da Unidade Gestora 440001.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 – TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

9.2 – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

Não se aplicam à UJ, tendo em vista que não houve deliberações do TCU e OCI específica à UJ.

9.3 – INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna da Unidade é realizada de maneira concomitante, ao longo do exercício, pela equipe da DIAMB/CGU. Em 2013, foi encaminhada à SEDR, pela Controladoria-Geral da União, a Solicitação de Auditoria 201313991/003, em 13/11/2013, a cerca da Gestão da UJ, a qual foi respondida em tempo hábil e com os devidos esclarecimentos requeridos pelo órgão de controle, por meio digital.

9.4 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-

	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	22
	Entregaram a DBR	1	1	22
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

Não se aplica à UJ.

9.6 – ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Allan Kardec Moreira Milhomens**, CPF nº **145.792.941-49**, **Gerente de Projeto**, exercido na **Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

ALLAN KARDEC MOREIRA MILHOMENS

CPF nº **145.792.941-49**

Gerente de Projeto

DECLARAÇÃO

Eu, **Moisés Savian**, CPF nº **003.77.129-90**, **Gerente de Projeto**, exercido no **Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 21 de novembro de 2013.

MOISÉS SAVIAN
CPF n° 003.77.129-90,
Gerente de Projeto

DECLARAÇÃO

Eu, Bruno Siqueira Abe Saber Miguel, CPF n° 060.610.126-83, **Gerente de Projeto**, exercido no Departamento de Zoneamento Territorial, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei n° 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL
CPF n° 060.610.126-83
Gerente de Projeto

DECLARAÇÃO

Eu, Joao Silveira D'Angelis Filho, CPF n° 635.178.176-00, **Gerente de Projeto**, exercido no Departamento de Extrativismo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei n° 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

JOAO SILVEIRA D'ANGELIS FILHO
CPF n° 635.178.176-00
Gerente de Projeto

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A SEDR estabelece amplo relacionamento com a sociedade em todos os temas de sua competência, sendo inclusive responsável no âmbito do MMA pelo monitoramento e registro no Sistema da Secretaria-Geral da Presidência da República, dos encaminhamentos adotados frente às demandas de

movimentos sociais rurais, entidades de classe, federações. Em razão disso, a SEDR propôs ao Gabinete da Ministra a instituição de uma mesa de monitoramento interno de todas as demandas da sociedade, composta por todas as Secretarias e vinculadas do MMA. Desse modo, a Secretaria tem realizado atendimento direto ao público por meio de e-mail, telefone e presencial na sede do Ministério do Meio Ambiente.

Outro canal de atendimento muito utilizado para atender questionamentos e dúvidas em geral tem sido o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC.

Além disso, a UJ estabelece relacionamento com a sociedade por meio de Comitês, dos quais coordena e participa, e em reuniões das diversas temáticas e demais colegiados onde se discutem as ações de sua competência e de outros parceiros, cuja participação tem dispensado grandes esforços como viagens de campo e confecções de relatórios com a finalidade de indicar soluções para os problemas identificados, no que se refere à pauta socioambiental.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013


11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ)			Código da UG	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável			440046/440047/ 440051/440054	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>UG 440046 - Fomento ao Projeto de Gestão Ambiental dos povos Indígenas UG 440047 - Projeto de Ecoturismo UG 440051 - Fomento de Projeto e Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia UG 440054 - Projeto de Manejo de Recursos Naturais da Várzea</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				
Local	BRASÍLIA - DF		Data	31/01/2014
Contador Responsável	 JANE MARCIA ASSUNÇÃO		CRC nº	5477/0-O

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável			440040/440108
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>UG: 440040 - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE. REGISTROS DE GESTAO- Restrição 315</p> <p>b) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA - Restrição 668</p> <p>c) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A APROVAR - DATA EXPIRADA – Restrição 669</p> <p>d) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA – Restrição 670</p> <p>e) TERMO COOPERAÇÃO A COMPROVAR - DATA EXPIRADA – Restrição 767</p> <p>UG: 440108 - Bolsa Verde</p> <p>a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTAO- Restrição 315</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Foram encaminhadas diligências às unidades ressaltando a necessidade de regularização das pendências apresentadas.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA - DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	 JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

A SEDR tem trabalhado para inserir a temática da desertificação numa agenda de governo, buscando definir de forma estratégica sua especificidade e sinergia frente ao tema da seca. Tecnicamente, a desertificação é reflexo de uma gestão inadequada dos recursos naturais nos espaços semiáridos e subúmidos secos, com um determinado “Índice de Aridez” definido na Convenção da ONU - UNCCD. Tem sido implementados esforços voltados para ações de fomento que promovam a gestão adequada desses recursos, integrado a base econômica regional. Assim pode-se perceber que fica realmente difícil uma visibilidade e ainda mais quando o peso da gestão ambiental está nos Estados. Desse modo, a UJ vem desenvolvendo ações em seis grandes frentes que oportunizam um alcance nacional e entregas que se julgam estratégicas. Para a visibilidade dos esforços e subsídio/estimulo as ações estruturantes, tem-se trabalhado no fomento a projetos de referência para uma convivência sustentável nos espaços semiáridos, com apoio do Fundo Clima e do Fundo Socioambiental da CAIXA. Nesse contexto, as ações para o combate à desertificação representaram 70% dos projetos do Fundo Clima e o aporte de recursos inserindo as doações do Fundo Global, ultrapassam os R\$ 60 milhões. Em termos históricos é a primeira descentralização efetiva e impactante de recursos para o combate à desertificação. A seguir são resumidas as entregas que estão em curso e podem ajudar a demonstrar a estratégia do MMA na temática da desertificação, numa visão de projeção nacional.

1 – PL 2447 – Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – fornece um tratamento nacional à questão e define diretrizes para uma gestão adequada. O PL foi qualificado pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD. No momento, o Projeto aguarda votação na plenária da Câmara.

2 – Pacto de Sustentabilidade da Matriz Energética do Setor Gesseiro - ação com apoio da CAIXA, que define os compromissos das indústrias gesseiras quanto ao uso de biomassa florestal em base legal, e melhorias tecnológicas para maior eficiência energética. Iniciativa que qualificará a produção de 98% do gesso do Brasil e lançará as bases para um programa de sustentabilidade ambiental e de inclusão social nas indústrias de base da construção civil. As ações voltadas para o manejo florestal comunitário são demonstrativas da importância e da viabilidade da pequena produção na oferta de biomassa para a matriz energética da região. O Pacto será uma iniciativa envolvendo os agentes de crédito, o Ministério Público, a Assistência Técnica e os órgãos ambientais. Essa mesma ação está sendo desenvolvida para o Setor Cerâmico no Nordeste.

3 – Parceria com o BNB – para criação de Linhas de Crédito para apoio ao manejo florestal e apoio específico para qualificação tecnológica dos setores gesseiro e cerâmico. Outra iniciativa em curso com o BNB, trata da parceria com o Fundo Clima, para possibilitar mais efetividade na aplicação dos recursos da rede do BNB.

4 – Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP) – ação em parceria com o INPE e o CEMADEN/MCTI, visa instrumentalizar o governo para projeções de cenários e tomadas de decisão no âmbito dos desastres naturais. A primeira fase de consolidação de um banco de dados geoespacializados já está concluída.

5 – Iniciativas com a Cooperação Técnica – o Departamento está apoiando a criação de um escritório da FAO no NE em parceria com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA); Tem-se duas grandes iniciativas com recursos (US\$ 10 milhões) do Fundo Global Ambiental - GEF, que utilizaram pela primeira vez os recursos da Linha Terras Degradadas na temática do combate à desertificação no Brasil; e uma ação com o Fundo Clima (R\$ 10 milhões) e com o IICA para apoio na implementação da Convenção (UNCCD) no Brasil.

6 – Qualificação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD: órgão colegiado deliberativo, criado em 2008 por Decreto do Presidente LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA com a participação dos Ministros Paulo Bernardo Silva e Izabella Teixeira. Os trabalhos da Comissão envolvem todas as ações anteriores e um forte processo de articulação institucional governamental e da sociedade. A Comissão ainda não tem a visibilidade de um CONSEA, mas vem retomando seu trabalho e é instrumento importante para um diálogo direto com a sociedade.

No contexto das ações de articulação da Comissão Nacional, tem-se procurado parceria com a ANA para a implantação de um programa “produtor de água no semiárido por meio de uma metodologia de “Barramentos Sucessivos com Arco Romano Deitado”, ação de recuperação ambiental, que estabelece ambiente para produção de alimentos e oferta de água a baixo custo. Essa experiência responde a uma provocação da SECEX para uma ação com o WRI no contexto da desertificação.

Quanto aos trabalhos com a UNCCD:

- 1) Tem-se trabalhado no sentido de estabelecer uma posição protagonista no âmbito da UNCCD. Nesse momento está se apoiando, por meio da Manifestação de Interesse Fundo Clima/IICA, ações para estabelecer uma cooperação técnica com a CPLP, visando capacidade institucional para gestão de boas práticas e formação técnica envolvendo o INSA/MCTI e a UNILAB;
- 2) O Brasil foi convidado para ser inserido na Rede WOCAT e realizar a Pré-conferência Científica da UNCCD com a Rede DesertNet parceria da UNCCD;
- 3) Está em fase de implementação do Projeto Mercosul-Econormas, com a elaboração de uma Manifestação de interesse IICA/Econormas para a contratação serviços de campo para a implementação de práticas-modelo de combate a desertificação.

No que tange à cooperação internacional multilateral, ressalta-se que a SEDR mantém alguns acordos de cooperação técnica, com Organismos Internacionais, para auxiliar na implementação de Políticas Públicas inseridas nas suas competências, sendo:

Projeto PNUD BRA/11/021 – Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais com Inclusão Social, que tem como objeto incentivar desenvolvimento ambientalmente sustentável com inclusão social, por meio da produção de estudos e pesquisas voltados a análise de instrumentos econômicos que contribuam para o crescimento verde, do desenvolvimento de metodologias para monitorar programas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) e do desenvolvimento de uma estratégia de inclusão produtiva para os territórios beneficiários do programa.

Os beneficiários diretos do projeto são os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares que praticam atividades de conservação ambiental nas áreas atendidas pelo Programa Bolsa Verde. De forma indireta, é apoiada a conservação das unidades territoriais do programa.

Por meio do projeto, ao longo de 2013, foram realizadas ações de monitoramento ambiental e elaboração de metodologia de monitoramento amostral do Bolsa Verde. Ambas as ações são de

extrema importância para o fortalecimento do componente ambiental do Bolsa Verde, para a sua qualificação, e especialmente, para o atendimento aos componentes do programa estabelecidos na legislação.

A contratação de consultores para a realização dos diagnósticos ambientais da manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais impactaram positivamente a inclusão de novas famílias na folha de pagamento do Programa, uma vez que os termos de adesão assinados pelos beneficiários potenciais só podem ser aceitos se essas áreas possuírem diagnósticos ambientais, e se estes forem considerados favoráveis. Durante o exercício de 2013, os cinco consultores entregaram 22 produtos. Estes produtos continham 1.329 (mil trezentos e vinte e nove) diagnósticos de acompanhamento da manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, realizados por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.

A elaboração da metodologia de monitoramento amostral permite, a partir de sua finalização e implementação, fornecer informações, subsidiando avaliações críticas anuais, sobre os resultados do Programa Bolsa Verde e a sua contribuição para melhoria de vida dos beneficiários e da conservação ambiental nos territórios onde essas famílias estão inseridas. Durante o exercício de 2013, foi elaborada a referida metodologia incluindo estratégia de implementação e sistematização dos resultados com indicadores sociais e ambientais de avaliação de desempenho do Programa – Monitoramento Amostral.

O Projeto de Cooperação Internacional: “Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais” - PNUD BRA/08/012, tem como objetivo fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista a fim de melhorar as condições de vida dessas populações, o projeto assinado em 01/12/2008 suas atividades tiveram início em janeiro de 2009. Em dezembro de 2011, o projeto foi submetido à Revisão Substantiva sendo seu prazo de vigência prorrogado para 31 de dezembro de 2013. Com o objetivo de dar continuidade a execução do projeto, em 2013, foi realizada nova Revisão Substantiva prorrogando o prazo de vigência para 30 de junho de 2015.

As principais ações do BRA 08/012 em 2013, foram:

- Continuação do apoio a 10 Acordos de Subvenção com organizações locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativa e Associações) e outros atores que interferem nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade, na busca de fortalecer 10 os Arranjos Produtivos Locais – APLs das cadeias da sociobiodiversidade consideradas prioritárias, de modo que os seguimentos de povos e comunidades tradicionais, consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros seguimentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada. Os Acordos foram firmados em 2012, com repasse financeiro para duas organizações no início de 2013, para o Instituto Socioambiental (ISA), que articula o APL da Castanha e Óleos Vegetais (Copaíba), na região da BR 163 no Estado do Pará, R\$ 122.643,00 (cento e vinte e dois mil seiscentos e quarenta e três reais), e para Associação Regional Integrada de Desenvolvimento Agroecológico Sustentável (Áridas), que articula o APL do Buriti no estado do Piauí, R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
- Apoio a realização do II Chamado da Floresta, organizado pelo CNS – Conselho Nacional dos Extrativistas. O evento ocorreu no Estado do Pará, no Projeto de Assentamento Extrativista - PAE Lago

da Laguna e Reserva Extrativista – RESEX Gurupá Melgaço, com a participação de cerca de 1.600 extrativistas, representantes de diversas categorias e organizações como pescadores, seringueiros, ribeirinhos, geraizeiros, fundo de pasto e quebradeiras de coco babaçu.

Com resultado dessas iniciativas o Governo Federal anunciou durante o evento, um conjunto de 35 iniciativas, com investimentos previstos de mais de 700 milhões de reais em políticas públicas de educação, saúde, assistência técnica, subvenção, compras governamentais e fomento, para populações tradicionais extrativista da região norte.

YPADÊ (www.caa.org.br/ypade) é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos, seu lançamento oficial foi na 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, realizada durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Em 2013, foi lançado edital 21548/2013/PNUD BRA08012, com o objeto: contratação de consultoria para mapeamento e cadastramento de entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, de forma a ampliar o banco de dados existente, bem como atualização e manutenção do portal Ypadê. A análise das propostas das empresas foi finalizada e a empresa deverá ser contratada no início de 2014.

O Projeto de Cooperação Técnica GCP/RLA/195/BRA, assinado em 20/06/2012, no âmbito da Rio + 20, amparado no Programa Executivo firmado entre Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e o Governo Brasileiro, representado pela Agência Brasileira de Cooperação, visando a realização de estudos e intercâmbio de experiências nacionais no tema de políticas públicas agroambientais como ferramenta para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar na América Latina e Caribe por meio da promoção da agricultura em bases ecológicas

Com um orçamento de US\$ 300 mil, os quais foram repassados pelo MMA ao Escritório Regional para a América Latina e Caribe - RLC/FAO no início, o projeto contratou consultores nacionais no Brasil e em mais quatro países da América Latina e Caribe: Colômbia, Chile, México e Nicarágua. Os consultores tiveram como atividades a realização de estudos de diagnósticos de casos exemplares realizados e o assessoramento na promoção de espaços nacionais de diálogo e validação.

Um Comitê Diretor presidido pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil - MMA e constituído também pela ABC – Agência Brasileira de Cooperação, pela Oficina Regional da FAO para a América Latina e Caribe e pelos coordenadores nacionais dos países participantes, é responsável pela supervisão geral do projeto, que foi administrado pela FAO – Escritório Regional para a América Latina e Caribe – RLC/FAO, que assumiu total responsabilidade por sua execução técnica e financeira.

A primeira fase do Projeto encerrou-se em dezembro de 2013 com o “*Seminário Regional do Projeto de Políticas Agroambientais na América Latina e Caribe: Balanço de Resultados e Recomendações*”, realizado em Brasília/DF. Posteriormente, em janeiro de 2014, foi lançada a publicação “*Políticas Agroambientales em América Latina y El Caribe – Análisis de Casos de Brasil, Chile, Colômbia, México y Nicaragua*”.

Ainda em dezembro de 2013 o projeto foi estendido e ampliado com a inclusão de novos países para a realização de diagnósticos nacionais e proposta de elaboração de diretrizes voluntárias de políticas agroambientais para os países participantes. Para essa segunda fase do projeto foram repassados pelo

MMA ao Escritório Regional para a América Latina e Caribe - RLC/FAO em janeiro de 2014 um total de R\$1.000.000,00, com vigência até novembro de 2014.

O Projeto BRA/IICA/05/004, “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil”

Tem como objetivo geral contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.

Os beneficiários diretos do Projeto é a população das ASD distribuída em 1.484 municípios, calculada em 31,6 milhões de pessoas que, com a implementação de ações do PAN-Brasil, terá melhoria na sua qualidade de vida. E os beneficiários indiretos são as equipes técnicas das instituições parceiras (governamentais e da sociedade civil) com atuação direta nas ASD e o próprio MMA que contará com estudos e projetos que lhe permitirão avançar no processo de implementação do PAN-Brasil.

O Projeto BRA/07/018 PNUD, “Investimento Socioambiental em Ações de Uso e Conservação do Solo em Comunidade Rurais da Bacia do Rio São Francisco”, é um projeto com um conjunto de iniciativas voltadas à capacitação, o uso sustentável dos recursos ambientais, e a difusão de boas práticas para o uso e modelos de conservação. Destaca-se por apoiar a integração das iniciativas governamentais e não governamentais, a articulação, a mobilização, e a assistência técnica e financeira para implementação de ações socioambientais que promovam o combate à desertificação, em especial a adoção de práticas e tecnologias sociais, partindo do princípio de que o combate à desertificação é um processo de compartilhamento de vivências, conhecimentos e responsabilidades envolvendo governos e a sociedade civil. O temático engloba mais de 263 comunidades rurais de cinco Estados da Federação situados na BSF (Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco). As comunidades rurais em questão representam os mais diversos grupos: produtores familiares, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, entre outros povos e comunidades tradicionais.

PARTE B, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

15 - PARTE B, ITEM QUINZE, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013**15.1 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”****Quadro B.15.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – IICA. (Valores em R\$ 1,00)**

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla:
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca”	BRA/IICA/05/004
Observação: Todos os contratos de consultoria pessoa física na modalidade “produto” detalhados a seguir foram efetuados no âmbito do PCT BRA/IICA/05/004.	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 110403					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/07/2013	114.469,36	28.617,33	28.617,33	28.617,33
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Plano de trabalho Produto 2. PI's do Maranhão	30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)
Produto 3. PI's do Ceará	30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte Produto 5. PI's da Paraíba	28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas	30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)
Produto 8. PI's da Bahia	30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)
Produto 9. PI's de Sergipe Produto 10. PI's do Espírito Santo	30/07/11	9.539,12 (Parcela 6)
Produto 11. PI's de Minas Gerais Produto 12. PI's do Piauí Produto 13. PI's do "Litígio" Produto 14. PI's consolidados Produto 15. Relatório Final	30/12/13	28.617,33 (Parcela 7)
Consultor contratado		
Nome do consultor: ADRIANA GOMES AFFONSO		CPF: 875.710.727-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. A elaboração dos produtos dependem de ações conjuntas entre o MMA e o MCT. Nesse sentido, houve reprogramação do cronograma de atividades e prorrogação dos prazos de execução. O contrato foi finalizado em 04/07/2013.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"
Código do Contrato: 110409
Objetivo da consultoria: Elaboração de estudos técnicos, para a elaboração de análise de software e geoprocessamento com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP)

nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/07/2013	51.206,40	12.801,60	12.801,60	12.801,60
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico, e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	8.534,40	
Produto 2. PI's do Maranhão				(Parcela 1)	
Produto 3. PI's do Ceará			30/01/11	4.267,20	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte				(Parcela 2)	
Produto 5. PI's da Paraíba			28/02/11	4.267,20	
Produto 6. PI's de Pernambuco				(Parcela 3)	
Produto 7. PI's de Alagoas			30/03/11	4.267,20	
Produto 8. PI's da Bahia				(Parcela 4)	
Produto 9. PI's de Sergipe			30/06/11	12.801,60	
Produto 10. PI's do Espírito Santo				(Parcela 5)	
Produto 11. PI's de Minas Gerais			30/07/11	4.267,20	
Produto 12. PI's do Piauí				(Parcela 6)	
Produto 13. PI's do "Litígio"					
Produto 14. PI's consolidados					
Produto 15. Relatório Final			30/12/13	12.801,60	
				(Parcela 7)	

Consultor contratado					
Nome do consultor: ÂNGELA YURI HARADA				CPF: 115.749.898-12	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. A elaboração dos produtos dependem de ações conjuntas entre o MMA e o MCT. Nesse sentido, houve reprogramação do cronograma de atividades e prorrogação dos prazos de execução. O contrato foi finalizado em 04/07/2013.					
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 110404					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/07/2013	114.469,36	47.695,55	47.695,55	47.695,55
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI's do Maranhão					
Produto 3. PI's do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI's da Paraíba					
Produto 6. PI's de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI's de Alagoas					
Produto 8. PI's da Bahia			30/06/11	28.617,33	

		(Parcela 5)
Produto 9. PI's de Sergipe	30/07/13	9.539,12 (Parcela 6)
Produto 10. PI's do Espírito Santo		
Produto 11. PI's de Minas Gerais	30/12/13	28.617,33 (Parcela 7)
Produto 12. PI's do Piauí		
Produto 13. PI's do "Litígio"		
Produto 14. PI's consolidados		
Produto 15. Relatório Final		
Consultor contratado		
Nome do consultor: GIANE DE FÁTIMA VALLES		CPF: 171.165.178-80
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. A elaboração dos produtos dependem de ações conjuntas entre o MMA e o MCT. Nesse sentido, houve reprogramação do cronograma de atividades e prorrogação dos prazos de execução. O contrato foi finalizado em 04/07/2013.</p>		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 110405					
Objetivo da consultoria: Elaboração de mapeamento geomorfológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação. (SAP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/07/2013	114.469,36	47.695,55	47.695,55	47.695,55
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Produto 1. Plano de trabalho Produto 2. PI's do Maranhão	30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)
Produto 3. PI's do Ceará	30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte Produto 5. PI's da Paraíba	28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)
Produto 6. PI's de Pernambuco Produto 7. PI's de Alagoas	30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)
Produto 8. PI's da Bahia	30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)
Produto 9. PI's de Sergipe Produto 10. PI's do Espírito Santo	30/07/13	9.539,12 (Parcela 6)
Produto 11. PI's de Minas Gerais Produto 12. PI's do Piauí Produto 13. PI's do "Litígio" Produto 14. PI's consolidados Produto 15. Relatório Final	30/12/13	28.617,33 (Parcela 7)
Consultor contratado		
Nome do consultor: MARCELO FRANCISCO SESTINI		CPF: 905.309.186-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. A elaboração dos produtos dependem de ações conjuntas entre o MMA e o MCT. Nesse sentido, houve reprogramação do cronograma de atividades e prorrogação dos prazos de execução. O contrato foi finalizado em 04/07/2013.		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 110406	
Objetivo da consultoria: Consultoria de pessoa física para elaboração de mapeamento pedológico com vistas à implementação de um sistema de alerta precoce de seca e desertificação (SAP).	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/10	04/10/11	114.469,36	47.695,55	47.695,55	47.695,55
Insumos Externos					
A sede de trabalho do consultor se localiza na cidade de São José dos Campos (SP) nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme Acordo de Parceria firmado entre o MMA e o INPE. Foi disponibilizado espaço físico e computadores que poderão ser utilizados pelo consultor.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Plano de trabalho			30/12/10	19.078,22 (Parcela 1)	
Produto 2. PI's do Maranhão					
Produto 3. PI's do Ceará			30/01/11	9.539,12 (Parcela 2)	
Produto 4. PI's do Rio Grande do Norte			28/02/11	9.539,12 (Parcela 3)	
Produto 5. PI's da Paraíba					
Produto 6. PI's de Pernambuco			30/03/11	9.539,12 (Parcela 4)	
Produto 7. PI's de Alagoas					
Produto 8. PI's da Bahia			30/06/11	28.617,33 (Parcela 5)	
Produto 9. PI's de Sergipe			30/07/13	9.539,12 (Parcela 6)	
Produto 10. PI's do Espírito Santo					
Produto 11. PI's de Minas Gerais			30/12/13	28.617,33 (Parcela 7)	
Produto 12. PI's do Piauí					
Produto 13. PI's do "Litígio"					
Produto 14. PI's consolidados					
Produto 15. Relatório Final					
Consultor contratado					
Nome do consultor: PÉROLA MORAIS CALIL				CPF: 281.571.501-59	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Esta ação é desenvolvida pelo MMA em					

parceria com o INPE/MCT e, para a definição da base metodológica para construção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. A elaboração dos produtos dependem de ações conjuntas entre o MMA e o MCT. Nesse sentido, houve reprogramação do cronograma de atividades e prorrogação dos prazos de execução. O contrato foi finalizado em 04/07/2013.

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”

Código do Contrato: 113020

Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos e realizar levantamento dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais nos estados que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tendo em vista a disseminação contextualizada, bem como subsidiar a elaboração de proposições para o fortalecimento socioambiental das populações em Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD).

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/01/2013	28/02/2014	97.500,00	68.250,00	68.250,00	68.250,00

Insumos Externos

Não há.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Relatório Técnico contendo as etapas para o levantamento das informações e identificação dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais que possibilitem uma convivência com a semiaridez nos estados que compõem a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco).	28/03/2013	14.625,00 (Parcela 1)
Produto 2. Relatório Técnico contendo o levantamento com a identificação dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais na região do Médio São Francisco com foco na revitalização de bacias hidrográficas e no combate à desertificação e nas ASD.	29/07/2013	29.250,00 (Parcela 2)
Produto 3. Relatório Técnico contendo o levantamento com a identificação dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais na região do Sub-Médio São	28/10/2013	24.375,00

Francisco com foco na revitalização de bacias hidrográficas e no combate à desertificação e nas ASD.		(Parcela 3)
Produto 4. Relatório Técnico contendo o levantamento com a identificação dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais na região do Baixo São Francisco com foco na revitalização de bacias hidrográficas e no combate à desertificação e nas ASD.	28/02/2014	29.250,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: ADALCIRA SANTOS BEZERRA		CPF: 082.896.465-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113021					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos e realizar levantamento de dados sobre a existência de centros produtores de mudas, sua capacidade de produção, os limitadores da produção, as espécies de mudas produzidas, entre outros dados que subsidiem as ações para a revitalização de bacias hidrográficas, especialmente a bacia hidrográfica do rio São Francisco, contribuindo assim para o combate à desertificação em ASD.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/01/2013	28/02/2014	97.500,00	68.250,00	43.875,00	43.875,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Relatório Técnico contendo o levantamento dos centros produtores de mudas e os viveiros existentes com foco nas Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD a fim de subsidiar as ações de combate à desertificação e a recuperação de áreas degradadas. Este relatório deve conter informações gerais sobre a produção de mudas nas ASD identificando também as espécies nativas produzidas.				28/03/2013	14.625,00 (Parcela 1)

Deverá ser apresentado, ainda, metodologia para a realização das etapas posteriores incluindo o modelo de questionário a ser aplicado às instituições.		
Produto 2. Relatório Técnico contendo o diagnóstico sobre o estado da arte da produção de mudas de espécies nativas (viveiros) no Estado de Minas Gerais com foco nas ações de combate à desertificação e de recuperação de áreas degradadas. Este relatório deverá conter os dados sobre os centros produtores de mudas de espécies nativas (viveiros), a diversidade das espécies produzidas, a capacidade e o potencial de produção, a forma de coleta de sementes das espécies, as estruturas de beneficiamento e de armazenamento das sementes, os limitadores, a distribuição, assim como apontar alternativas para a ampliação do estoque, melhoria de qualidade, otimização e qualificação do processo de produção e de utilização de mudas de espécies nativas para serem utilizadas nas ações de combate à desertificação, especialmente na recuperação de áreas degradadas e revitalização no âmbito da bacia do rio São Francisco.	29/07/2013	29.250,00 (Parcela 2)
Produto 3. Relatório Técnico contendo o diagnóstico sobre o estado da arte da produção de mudas de espécies nativas (viveiros) nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD nos Estados de Alagoas e Pernambuco com foco nas ações de combate à desertificação e de recuperação de áreas degradadas. Este relatório deve conter os dados sobre as instituições produtoras de mudas de espécies nativas (viveiros), a diversidade das espécies produzidas, a capacidade e o potencial de produção, a forma de coleta de sementes das espécies, as estruturas de beneficiamento e de armazenamento das sementes, os limitadores, a distribuição, assim como apontar alternativas para a ampliação do estoque, melhoria de qualidade, otimização e qualificação do processo de produção e de utilização de mudas de espécies nativas para serem utilizadas nas ações de combate à desertificação, especialmente na recuperação de áreas degradadas e revitalização no âmbito da bacia do rio São Francisco.	28/10/2013	24.375,00 (Parcela 3)
Produto 4. Relatório Técnico contendo o diagnóstico sobre o estado da arte da produção de mudas de espécies nativas (viveiros) nas ASD com ênfase nos Estados da Bahia e Sergipe. Este relatório deverá conter os dados sobre as instituições produtoras de mudas de espécies nativas (viveiros), a diversidade das espécies produzidas, a capacidade e o potencial de produção, a forma de coleta de sementes das espécies, a estrutura de beneficiamento e de armazenamento das sementes, os limitadores, a distribuição, assim como apontar alternativas para a ampliação do estoque, melhoria de qualidade, otimização e qualificação do processo de produção e de utilização de mudas de espécies nativas para serem utilizadas nas ações de combate à desertificação, especialmente na recuperação de áreas degradadas e revitalização no âmbito da bacia do rio São Francisco.	28/02/2014	29.250,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: LEDA FONTELLAS DA SILVA TAVARES		CPF: 788.561.240-68

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O valor total previsto para o exercício não foi pago integralmente conforme previsto considerando que o terceiro produto foi entregue pela consultora no final do exercício de 2013 porém o pagamento foi efetuado apenas no início do exercício de 2014.

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113019					
Objetivo da consultoria: Elaborar informações técnicas, realizar levantamento das normas legais que dispõem sobre o acesso à água e combate à desertificação e analisar os PAE's dos estados do Ceará, Pernambuco e Minas Gerais, com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do acesso à água nas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD e a convivência com a semiaridez, subsidiando as ações para a revitalização de bacias hidrográficas e acesso à água nestas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/01/2013	28/02/2014	97.500,00	68.250,00	68.250,00	68.250,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Relatório Técnico contendo o levantamento das normas legais com foco na melhoria do acesso à água nas Áreas Susceptíveis à Desertificação- ASD. Este relatório deverá apresentar a identificação e uma análise da eficácia das normas legais instituídas.			28/03/2013	14.625,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Relatório Técnico contendo análise do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE do Estado do Ceará , com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do acesso à água nas ASD. Este Relatório deverá conter a contextualização do processo de elaboração do PAE/CE o levantamento das metas e ações voltadas para a garantia do acesso à água para consumo humano em comunidades rurais difusas das ASD e suas interfaces com a mitigação aos efeitos da seca e o combate à desertificação.			29/07/2013	29.250,00 (Parcela 2)	
Produto 3. Relatório Técnico contendo análise do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE do Estado do Pernambuco , com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do			28/10/2013	24.375,00 (Parcela 3)	

acesso à água nas ASD. Este Relatório deverá conter a contextualização do processo de elaboração do PAE/PE o levantamento das metas e ações voltadas para a garantia do acesso à água para consumo humano em comunidades rurais difusas das ASD e suas interfaces com a mitigação aos efeitos da seca e o combate à desertificação.		
Produto 4. Relatório Técnico contendo análise do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE do Estado de Minas Gerais , com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do acesso à água nas ASD. Este Relatório deverá conter a contextualização do processo de elaboração do PAE/MG o levantamento das metas e ações voltadas para a garantia do acesso à água para consumo humano em comunidades rurais difusas das ASD e suas interfaces com a mitigação aos efeitos da seca e o combate à desertificação.	28/02/2014	29.250,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: MÔNICA TAVARES DA ROCHA		CPF: 770.604.231-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113021					
Objetivo da consultoria: Elaborar informações técnicas, realizar levantamento dos programas federais voltados à melhoria do acesso à água para consumo humano implementados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD, especialmente nas comunidades rurais difusas da bacia do rio São Francisco, e realizar uma análise com ênfase nos modelos de gestão desses programas, principalmente quanto às ações de mobilização social e sua eficácia para a sustentabilidade, considerando a interface com o combate à desertificação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/01/2013	28/02/2014	97.500,00	68.250,00	68.250,00	68.250,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

<p>Produto 1. Relatório Técnico contendo o levantamento dos programas federais para a melhoria do acesso à água implementados nas Áreas Susceptíveis à Desertificação-ASD dos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como a identificação de comunidades rurais difusas beneficiadas por um desses programas, especialmente as ações de mobilização social. Este relatório deverá apresentar a descrição dos programas com seus objetivos, diretrizes, instrumentos, eficácia e interface com o combate à desertificação.</p>	28/03/2013	14.625,00 (Parcela 1)
<p>Produto 2. Relatório Técnico contendo análise dos modelos de gestão sustentável de sistemas de dessalinização de água para consumo humano implementados nas ASD do estado de Alagoas, em 5 (cinco) comunidades rurais difusas. Este Relatório deverá conter a identificação geográfica das comunidades, contextualização do processo de implementação das ações no Estado e nas comunidades beneficiadas; descrição do modelo de gestão adotado, existência de organização social da comunidade e descrição da mesma, direitos e deveres assumidos pelas comunidades, identificação e avaliação dos conflitos sociais (se houver), avaliação da metodologia adotada pelas comunidades para a implementação do modelo de gestão, identificando os pontos comuns e divergentes, análise dos dados levantados em todas as comunidades avaliando os pontos positivos e negativos com recomendações de aperfeiçoamento do modelo implantado, considerando as interfaces com o combate à desertificação.</p>	29/07/2013	29.250,00 (Parcela 2)
<p>Produto 3. Relatório Técnico contendo análise dos modelos de gestão sustentável de sistemas de dessalinização de água para consumo humano implementados nas ASD do estado da Paraíba, em 5 (cinco) comunidades rurais difusas. Este Relatório deverá conter a identificação geográfica das comunidades, contextualização do processo de implementação das ações no Estado e nas comunidades beneficiadas; descrição do modelo de gestão adotado, existência de organização social da comunidade e descrição da mesma, direitos e deveres assumidos pelas comunidades, identificação e avaliação dos conflitos sociais (se houver), avaliação da metodologia adotada pelas comunidades para a implementação do modelo de gestão, identificando os pontos comuns e divergentes, análise dos dados levantados em todas as comunidades avaliando os pontos positivos e negativos com recomendações de aperfeiçoamento do modelo implantado, considerando as interfaces com o combate à desertificação.</p>	28/10/2013	24.375,00 (Parcela 3)
<p>Produto 4. Relatório Técnico contendo análise dos modelos de gestão sustentável de sistemas de dessalinização de água para consumo humano implementados nas ASD do estado do Rio Grande do Norte, em 5 (cinco) comunidades rurais difusas. Este Relatório deverá conter a identificação geográfica das comunidades, contextualização do processo de implementação das ações no Estado e nas comunidades beneficiadas; descrição do modelo de gestão adotado, existência de organização social da comunidade e descrição da mesma, direitos e deveres assumidos pelas comunidades, identificação e avaliação dos conflitos sociais (se houver), avaliação da metodologia adotada pelas comunidades para a implementação do modelo de gestão, identificando os pontos comuns e divergentes, análise dos dados levantados em todas as comunidades avaliando os pontos positivos e negativos com recomendações de aperfeiçoamento do modelo implantado, considerando as interfaces com o combate à desertificação.</p>	28/02/2014	29.250,00 (Parcela 4)

Consultor contratado	
Nome do consultor: SOLANGE AMARILIS DOS SANTOS	CPF: 410.904.830-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113061					
Objetivo da consultoria: Elaborar o Relatório Nacional de Implementação da UNCCD, contendo o estado da arte da temática no país e os resultados das iniciativas brasileiras preconizadas pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação PAN-Brasil, e demais instrumentos de políticas públicas relacionadas, refletindo a execução das ações propostas, aperfeiçoando e qualificando o processo de comunicação, e divulgando de forma transparente e em linguagem acessível as ações governamentais à sociedade em conformidade com as estratégias da UNCCD.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/02/2013	25/06/2013	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Relatório Técnico contendo o estado da arte da temática de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no país, o roteiro metodológico para elaboração dos relatórios nacionais considerando processos participativos para pesquisa, sistematização, síntese e ordenamento das informações disponíveis, e a estrutura da versão preliminar do Relatório Nacional de Implementação da UNCCD.			26/03/2013	8.000,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Versão preliminar do Relatório Nacional de Implementação da UNCCD incluindo a sistematização das contribuições extraídas dos processos participativos.			27/05/2013	14.000,00 (Parcela 2)	
Produto 3. Documento contendo a versão final do Relatório Nacional de Implementação da UNCCD, com Resumo Executivo, e um Resumo Conceitual (técnico-didático) em formato de			25/06/2013	18.000,00	

portfólio, contendo CD com o relatório completo para ser utilizado em processos de comunicação e difusão temática.		(Parcela 3)
Consultor contratado		
Nome do consultor: JÚLIO PAUPITZ	CPF: 478.989.099-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 113225					
Objetivo da consultoria: Apoiar o Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – DCD/SEDR-MMA na geração, sistematização e consolidação de informações técnicas necessárias ao processo de construção da estratégia nacional integrada para implementação dos Programas de Ação Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação (PAN Brasil e PAEs) com base na proposta de alinhamento das Ações Brasileiras à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/08/2013	27/04/2013	75.000,00	41.250,00	41.250,00	41.250,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Relatório Técnico contendo as etapas, estratégia, metodologia e cronograma para o levantamento das informações e a definição da participação dos atores estratégicos envolvidos no processo de construção da estratégia nacional integrada para implementação dos Programas de Ação Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação (PAN Brasil e PAEs), a ser realizado conjuntamente com o DCD-SEDR/MMA.			30/09/2013	11.250,00 (Parcela 1)	
Produto 2. Relatório técnico contendo os resultados dos trabalhos desenvolvidos visando a articulação entre os programas do PPA 2012/2015, a criação dos mecanismos de fomento e crédito, a ação de comunicação, as iniciativas de boas práticas e formação técnica que consolidarão o alinhamento do			30/10/2013	15.000,00 (Parcela 2)	

PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD.			
Produto 3. Relatório com o levantamento das principais ações de combate à desertificação implementadas no âmbito do governo Federal e dos Governos Estaduais e os impactos frente as metas institucionais. Este relatório servirá de subsídio para a elaboração do relatório nacional de implementação da UNCCD.		30/12/2013	15.000,00 (Parcela 3)
Produto 4. Relatório técnico contendo as ações realizadas no âmbito do Governo Federal no tocante a temática do combate à desertificação, mitigação e adaptação á seca que servirão de subsídios para a consolidação do alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD.		28/02/2014	15.000,00 (Parcela 4)
Produto 5. Relatório técnico sistematizando as ações realizadas com o DCD-SEDR/MMA na formulação de projetos de cooperação e formalização de parcerias visando assegurar os meios para institucionalizar a estratégia nacional integrada de implementação dos Programas de Ação Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação (PAN Brasil e PAEs).		27/04/2014	18.750,00 (Parcela 5)
Consultor contratado			
Nome do consultor: DAVID SOARES DA COSTA OLIVEIRA			CPF: 717.282.441-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:			

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 113226					
Objetivo da consultoria: Realizar análise da proposição de Metodologia de Integração dos Componentes do Programa Água Doce (dessalinização, mobilização social, sustentabilidade ambiental e sistemas produtivos), nos estados do Ceará e da Paraíba, com foco nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD, visando contribuir para o melhor desempenho das políticas públicas de acesso à água e combate à desertificação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/09/2013	02/05/2014	78.000,00	19.500,00	19.500,00	19.500,00
Insumos Externos					
Não há.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Relatório técnico contendo o levantamento das especificidades de cada um dos quatro componentes do Programa Água Doce (dessalinização, mobilização social, sustentabilidade ambiental e sistemas produtivos), explicitando como ocorre a integração das atividades dos mesmos em sua atuação nas comunidades difusas pertencentes às áreas suscetíveis à desertificação dos Estados do Ceará e da Paraíba	03/11/2013	19.500,00 (Parcela 1)
Produto 2. Relatório técnico contendo a aplicação da metodologia de integração do PAD nos estados do Ceará e Paraíba, considerando a atuação dos Núcleos Estaduais na implementação e acompanhamento da gestão dos sistemas de dessalinização e dos sistemas produtivos, com foco na articulação dos componentes do Núcleo Estadual, das prefeituras e das comunidades.	28/02/2014	27.300,00 (Parcela 2)
Produto 3. Relatório técnico contendo avaliação da metodologia de integração do PAD e propostas de aperfeiçoamento da mesma.	02/05/2014	31.200,00 (Parcela 3)
Consultor contratado		
Nome do consultor: ELSE DE FARIAS ALBUQUERQUE		CPF: 323.505.624-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 11 - Código do Contrato: 110181					
Objetivo da consultoria: Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE/ES, coordenando as etapas de elaboração.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/08/2013	42.000,00	25.200,00	25.200,00	25.200,00
Insumos Externos					
Não há.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto A. Plano de Trabalho	25/08/10	6.300,00 (Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/ES	23/10/10	10.500,00(Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Espírito Santo		
Produto D. Estratégias do PAE/ES	30/08/13	10.500,00 (Parcela 3)
Produto E. Textos-base para subsidiar os trabalhos nas Oficinas Regionais e no Seminário Estadual		
Produto F. Proposta do sistema de gestão do PAE/ES		
Produto G. Propostas para implementação do PAE/ES		
Produto H. Documento Interinstitucional do PAE/ES	30/08/13	14.700,00 (Parcela 4)
Produto I. Coordenação do Seminário de apresentação do PAE/ES		
Consultor contratado		
Nome do consultor: ALEXANDRE JOSÉ FIRME DE ABREU		CPF: 018 885 867-96
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato se refere ao processo de elaboração do PAE-ES. Considerando que houve atraso no cumprimento do objeto dos demais especialistas contratados para o PAE/ES foi realizada uma reunião entre o IEMA/ES (órgão responsável pela elaboração do PAE/ES) o DCD/SEDR-MMA e o IICA para os devidos ajustes de prazos de execução do contrato em questão. Diante disso, <i>O PRAZO DE ENTREGA DOS</i> produtos previstos para este consultor foi prorrogado para 30 de agosto/2013.</p>		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 12 - Código do Contrato: 110179					
Objetivo da consultoria: Elaboração dos estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE-ES, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/06/10	30/04/12	20.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00

Insumos Externos		
Não há.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto A. Plano de Trabalho	30/09/10	3.000,00 (Parcela 1)
Produto B. Avaliação das iniciativas relevantes para as ASD/SE considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas	30/11/10	5.000,00 (Parcela 2)
Produto C. Diagnóstico das ASD do Estado de Sergipe sob a ótica do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”		
Produto D. Estratégias do PAE-ES tendo como referência o eixo temático do PAN-Brasil: “redução da pobreza e das desigualdades”	28/02/11	5.000,00 (Parcela 3)
Produto E. Propostas de ações de combate à desertificação nas ASD/ES, considerando os aspectos socioeconômicos dessas áreas		
Produto F. Participação nas Oficinas Regionais e Seminário Estadual para fornecer subsídios no que se refere aos aspectos do eixo temático do PAN-Brasil “redução da pobreza e das desigualdades”.	30/04/12	7.000,00 (Parcela 4)
Consultor contratado		
Nome do consultor: CARLA SIQUEIRA CAMPOS		CPF: 075 962 327-95
<p>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Este contrato se refere ao processo de elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação –PAE/ES. Houve atrasos no cronograma de entrega dos produtos previstos para o contrato em questão devido a dificuldades iniciais encontradas pelo especialista na obtenção dos dados, além do atraso na contratação dos serviços necessários à realização das consultas públicas para o PAE/ES. Os produtos finais do consultor foram apresentados na vigência contratual, porém em virtude das apreciações necessárias no âmbito do Estado e da Comissão Técnica de Avaliação e da necessidade de ajustes a Diretoria do PCT BRA/IICA/05/004 analisou e aprovou os produtos finais em setembro/2013.</p>		

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”
Código do Contrato: 113103
<p>Objetivo da consultoria: Apoiar o Ministério do Meio Ambiente na geração de informações técnicas necessárias ao desenvolvimento de uma versão off-line do Cadastro Ambiental Rural-CAR com aplicativo de geolocalização de propriedades rurais incluindo aquelas inseridas nas Áreas Suscetíveis à Desertificação visando um planejamento integrado das propriedades e posses rurais que são elementos base para as ações de combate à desertificação e podem ser revertidos para outros ambientes do território nacional.</p>

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/04/2013	03/04/2014	66.000,00	46.200,00	46.200,00	46.200,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Relatório técnico sobre as reuniões do Grupo de Trabalho que determinará os padrões/requisitos técnicos para o desenvolvimento do sistema, contendo recomendações sobre a execução para a melhor adequação ao SICAR.				06/05/2013	9.900,00 (Parcela 1)
Produto 2. Relatório técnico contendo insumos para a compilação das informações sobre o desenvolvimento do sistema e para a elaboração do cronograma contendo previsão de término de cada etapa.				05/08/2013	19.800,00 (Parcela 2)
Produto 3. Relatório técnico contendo subsídios e recomendações para apoiar a fase de implementação de um piloto-teste do sistema CAR off-line com as diversas condições de utilização e de meios de transmissão e a compilação dos insumos acerca do teste.				04/12/2013	16.500,00 (Parcela 3)
Produto 4. Relatório técnico contendo recomendações para o levantamento das normativas a serem editadas pelo MMA para o sistema CAR off-line.				03/04/2014	19.800,00 (Parcela 4)
Consultor contratado					
Nome do consultor: DANIELLE LEMOS SAID				CPF: 782.075.411-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”
Código do Contrato: 113104
Objetivo da consultoria: Fortalecer ações do Ministério do Meio Ambiente para um programa de regularização ambiental elaborando subsídios técnicos para o desenvolvimento de uma versão off-line do Cadastro Ambiental Rural-CAR com aplicativo de geolocalização de propriedades rurais incluindo aquelas inseridas nas Áreas Suscetíveis à Desertificação visando um planejamento integrado das propriedades e posses rurais que são elementos base para as ações de combate à desertificação e podem ser revertidos para outros ambientes do território nacional.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/04/2013	03/04/2014	97.500,00	73.125,00	73.125,00	73.125,00
Insumos Externos					
Não há.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Relatório técnico contendo os resultados consolidados dos trabalhos do Grupo de Trabalho para a definição dos requisitos do sistema CAR off-line e a descrição do projeto sobre o sistema CAR off-line.				06/05/2013	29.250,00 (Parcela 1)
Produto 2. Relatório técnico sobre a execução do cronograma de trabalho contendo os pontos críticos e gargalos encontrados na fase de desenvolvimento do sistema CAR off-line e Relatório contendo insumos e sugestões para elaboração de dispositivo legal a ser editado pelo MMA.				05/08/2013	24.375,00 (Parcela 2)
Produto 3. Relatório contendo a consolidação das informações apuradas na fase de teste do sistema CAR off-line.				04/12/2013	19.500,00 (Parcela 3)
Produto 4. Relatório contendo a compilação das informações apuradas no teste piloto a ser realizado em diversas condições de utilização e de meios de transmissão.				03/04/2014	24.375,00 (Parcela 4)
Consultor contratado					
Nome do consultor: MARCELO LEMOS DA FONSECA RAMOS				CPF: 444.117.311-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Quadro B.15.2 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – PNUD BRA/07/018. (Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

“Investimento Socioambiental em Ações de Uso e Conservação do Solo em Comunidade Rurais da Bacia do Rio São Francisco”					BRA/07/018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000075 – processo MMA no. 02000.000915/2013-73					
Objetivo da Consultoria: Executar o Resultado 2 do BRA/07/018 com ações focadas em adequar, detalhar e validar os Projetos Executivos para implementação das ações de controle dos processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e prevenção da degradação promovendo intercâmbio entre as comunidades rurais alvo do projeto, de acordo com os Projetos Executivos, com as diretrizes estabelecidas pelo DCD/SEDR/MMA e as diretrizes contidas no Projeto Temático BRA/PNUD/07/018 (64 comunidades sendo 49 de Alagoas e 15 da Bahia).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/04/13	28/06/13	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Metodologia de ação e estrutura para a padronização de 64 Projetos Executivos e dados existentes, contendo as respectivas justificativas técnicas para estrutura de adequação;				17/04/13	R\$ 5.000,00
Produto 2: Padronização dos 64 Projetos Executivos de Alagoas (49) e Bahia (15) seguindo metodologia e estrutura proposta no Produto 1;				07/05/13	R\$ 15.000,00
Produto 3: Apresentação, debate e validação dos 64 Projetos Executivos junto as comunidades beneficiadas de Alagoas (49) e Bahia (15) contendo os resultados da consulta e sugestões da comunidade e do profissional para readequação dos projetos através de processo participativo.				07/06/13	R\$ 15.000,00
Produto 4: Sistematização e readequação técnico-financeira dos Projetos Executivos para 64 as comunidades de Alagoas (49) e Bahia (15), contendo sugestões/direcionamentos para implementação das intervenções e das atividades de capacitação e intercâmbio, considerando os projetos executivos das comunidades.				27/06/13	R\$ 15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARKUS BREUSS				CPF: 842.494.555-72	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: já finalizado, entregas ok.

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000062 – processo MMA no. 02000.000916/2013-18					
Objetivo da Consultoria: Executar o Resultado do BRA/07/018 com ações focadas em adequar, detalhar e validar os Projetos Executivos para implementação das ações de controle dos processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e prevenção da degradação promovendo intercâmbio entre as comunidades rurais alvo do projeto, de acordo com os Projetos Executivos, com as diretrizes estabelecidas pelo DCD/SEDR/MMA e as diretrizes contidas no Projeto Temático BRA/PNUD/07/018 (64 comunidades sendo 15 de Sergipe e 49 da Bahia).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/04/13	28/06/13	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Metodologia de ação e estrutura para a padronização de 64 Projetos Executivos e dados existentes, contendo as respectivas justificativas técnicas para estrutura de adequação;			17/04/13	R\$ 5.000,00	
Produto 2: Padronização dos 64 Projetos Executivos de Sergipe (15) e Bahia (49) seguindo metodologia e estrutura proposta no Produto 1;			07/05/13	R\$ 15.000,00	
Produto 3: Apresentação, debate e validação dos 64 Projetos Executivos junto as comunidades beneficiadas Sergipe (15) e Bahia (49) contendo os resultados da consulta e sugestões da comunidade e do profissional para readequação dos projetos através de processo participativo.			07/06/13	R\$ 15.000,00	
Produto 4: Sistematização e readequação técnico-financeira dos Projetos Executivos para 64 as comunidades de Sergipe (15) e Bahia (49), contendo sugestões/direcionamentos para implementa o das intervenções e das atividades de capacitação e intercâmbio, considerando os projetos executivos das comunidades.			27/06/13	R\$ 15.000,00	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Alexandra Coraça de Freitas	CPF: 220.434.368-48
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: já finalizado, entregas ok.	

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000066 – processo MMA no. 02000.000917/2013-62					
Objetivo da Consultoria: Executar o Resultado do BRA/07/018 com ações focadas em adequar, detalhar e validar os Projetos Executivos para implementação das ações de controle dos processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e prevenção da degradação promovendo intercâmbio entre as comunidades rurais alvo do projeto, de acordo com os Projetos Executivos, com as diretrizes estabelecidas pelo DCD/SEDR/MMA e as diretrizes contidas no Projeto Temático BRA/PNUD/07/018 (64 comunidades sendo 21 de Minas Gerais e 43 da Bahia).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/04/13	28/06/13	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Metodologia de ação e estrutura para a padronização de 64 Projetos Executivos e dados existentes, contendo as respectivas justificativas técnicas para estrutura de adequação;			17/04/13	R\$ 5.000,00	
Produto 2: Padronização dos 64 Projetos Executivos de Minas Gerais (21) e Bahia (43) seguindo metodologia e estrutura proposta no Produto 1;			07/05/13	R\$ 15.000,00	
Produto 3: Apresentação, debate e validação dos 64 Projetos Executivos junto as comunidades beneficiadas de Minas Gerais (21) e Bahia (43) contendo os resultados da consulta e sugestões da comunidade e do profissional para readequação dos projetos através de processo participativo.			07/06/13	R\$ 15.000,00	
Produto 4: Sistematização e readequação técnico-financeira dos Projetos Executivos para 64 as comunidades de Minas Gerais (21) e Bahia (43), contendo sugestões/direcionamentos para implementa o das intervenções e das atividades de capacitação e intercâmbio, considerando os projetos executivos das comunidades.			27/06/13	R\$ 15.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: ANILDES LOPES EVANGELISTA	CPF: 841.492.996-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: já finalizado, entregas ok.	

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000063 – processo MMA no. 02000.000918/2013-15					
Objetivo da Consultoria: Executar o Resultado 2 do BRA/07/018 com ações focadas em adequar, detalhar e validar os Projetos Executivos para implementação das ações de controle dos processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e prevenção da degradação promovendo intercâmbio entre as comunidades rurais alvo do projeto, de acordo com os Projetos Executivos, com as diretrizes estabelecidas pelo DCD/SEDR/MMA e as diretrizes contidas no Projeto Temático BRA/PNUD/07/018 (65 comunidades sendo 46 de Pernambuco e 19 da Bahia).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/04/13	28/06/13	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Metodologia de ação e estrutura para a padronização de 65 Projetos Executivos e dados existentes, contendo as respectivas justificativas técnicas para estrutura de adequação;			17/04/13	R\$ 5.000,00	
Produto 2: Padronização dos 65 Projetos Executivos de Pernambuco (46) e Bahia (19) seguindo metodologia e estrutura proposta no Produto 1;			07/05/13	R\$ 15.000,00	
Produto 3: Apresentação, debate e validação dos 65 Projetos Executivos junto as comunidades beneficiadas de Pernambuco (46) e Bahia (19) contendo os resultados da consulta e sugestões da comunidade e do profissional para readequação dos projetos através de processo participativo.			07/06/13	R\$ 15.000,00	
Produto 4: Sistematização e readequação técnico-financeira dos Projetos Executivos para 65 as comunidades de Pernambuco (46) e Bahia (19), contendo sugestões/direcionamentos para implementa o das intervenções e das atividades de capacitação e intercâmbio, considerando os			27/06/13	R\$ 15.000,00	

projetos executivos das comunidades.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Francisco das Chagas Vieira Sales		CPF: 036.059.194-99
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: já finalizado, entregas ok.		

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000088 – processo MMA no. 02000.001051/2012-26					
Objetivo da Consultoria: Executar o Resultado 2 do BRA/PNUD/07/018, com ações focadas em identificar, delinear e implementar estratégia de comunicação adequada à realidade rural, e refinar o conteúdo do material para capacitação e divulgação, ajustando a linguagem de acordo com o público-alvo do material, baseados nos Projetos Executivos das comunidades alvo, e as diretrizes e demandas estabelecidas pelo DCD/SEDR/MMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/04/13	28/06/13	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Planejamento Estratégico de Comunicação das ações de Combate a Desertificação e Recuperação de Áreas Degradadas no âmbito do Projeto BRA/PNUD/07/018, utilizando ferramentas tradicionais e novas plataformas tecnológicas, tais como sites, <i>banners</i> , <i>folders</i> , cartilhas, entre outros, possibilitando a promoção global dos programas e políticas voltados para recuperação ambiental, a conservação e uso sustentável dos recursos naturais nas ASD;			28/04/13	R\$ 7.000,00	
Produto 2: Levantamento memorial das ações do projeto, com documentação fotográfica de atividades de campo para adequação dos Projetos Executivos nos 5 estados, incluindo relatos dos participantes, agentes, e instituições envolvidas sobre a ação, bem como dos dirigentes relacionados a temática no âmbito da Comissão Nacional de Combate à Desertificação;			28/05/13	R\$ 14.000,00	

Produto 3: Textos, matérias, releases e conteúdos para divulgação das ações do BRA/PNUD/07/018 e da temática previstos no planejamento estratégico de comunicação (produto 1), incluindo banco de imagens, matérias de divulgação e notícias das atividades do projeto e da temática de combate a desertificação.	26/06/13	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: VIVIANE BROCHARDT	CPF: 666.612.004-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: já finalizado, entregas ok.		

Quadro B.15.3 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – PNUD BRA/11/021. (Valores em R\$ 1,00)

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla:
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social	Projeto BRA/11/021
Observação: Todos os contratos de consultoria pessoa física na modalidade “produto” detalhados a seguir foram efetuados no âmbito do Projeto BRA/11/021.	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

CONTRATO 2012/000282-03 BRA/11/021					
Objetivo da consultoria: O objetivo da consultoria é elaborar documentos (publicação e artigos), em português e em inglês, sobre o processo de criação e implementação do Programa Bolsa Verde, visando o registro e a divulgação, junto à imprensa, e ao público, em geral. Esses documentos servirão de instrumento para as discussões no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/04/2012	31/01/2013	R\$ 107.855,00	R\$ 43.142,00	R\$ 43.142,00	R\$ 43.142,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1) Documento (publicação) analítico e fluido sobre o Programa Bolsa Verde, a ser apresentado na forma preliminar, contendo histórico da criação do Programa Bolsa Verde, contexto da implementação do Programa, balanço inicial dos primeiros meses de implementação e perspectivas de evolução, com atenção			26/04/2012	R\$ 32.356,50	

diferenciada para a situação das Unidades de Conservação e para os Assentamentos (áreas de implementação do Programa). O documento deve ser apresentado em 2 versões, sendo uma em português, e a outra em inglês, devendo conter, no mínimo, sessenta páginas (entrelinhas 1,5 cm e tamanho de fonte 11), exclusive tabelas e gráficos.		
2. Dois textos, no formato de artigos para jornal, em português e em inglês, sobre o Programa Bolsa Verde, para divulgação, com duas páginas, cada (entrelinhas 1,5 cm e tamanho de fonte 11) e 1 relatório contendo resultados das informações levantadas nas visitas às 2 (duas)UCs e aos 2 (dois) Projetos de Assentamento.	26/06/2012	R\$ 32.356,50
3) Documento (publicação) analítico e fluido sobre o Programa Bolsa Verde, a ser apresentado na forma definitiva, contendo histórico da criação do Programa Bolsa Verde, contexto da implementação do Programa, balanço inicial dos primeiros meses de implementação e perspectivas de evolução, com atenção diferenciada para a situação das Unidades de Conservação e para os Assentamentos (áreas de implementação do Programa). O documento deve ser apresentado em 2 versões, sendo uma em português, e a outra em inglês, devendo conter, no mínimo, sessenta páginas (entrelinhas 1,5 cm e tamanho de fonte 11), exclusive tabelas e gráficos.	28/08/12	R\$ 43.142,00

Consultor contratado

Consultoria (pessoa jurídica): Marcia Bindo	CPF 290.299.018-96
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação do consultor, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidades de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, em virtude da extensão no prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos.	

CONTRATO BRA 2012/00781-02 BRA/11/021

Objetivo da consultoria: Fazer diagnósticos iniciais e o acompanhar a manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2012	10/12/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (3º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/10/2012	R\$ 6.000,00
2. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado	03/12/2012	R\$ 12.000,00

produto 2 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (4º trimestre) do Programa Bolsa Verde.		
3. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2011 do Programa Bolsa Verde.	01/02/2013	R\$ 12.000
4. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (1º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/04/2013	R\$ 12.000
5. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (2º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	03/06/2013	R\$ 12.000
6. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 6 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (1º semestre) do Programa Bolsa Verde.	01/08/2013	R\$ 6.000,00

Consultor contratado

Consultoria (pessoa jurídica): Elaine Cristina de Oliveira **CPF:** 943.829.211-04

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidade de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, para extensão do prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos.

CONTRATO BRA 2012/000780-0 BRA/11/021

Objetivo da consultoria: Fazer diagnósticos iniciais e o acompanhar a manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/09/2013	31/10/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (3º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/10/2012	R\$ 6.000,00
2. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 2 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas	03/12/2012	R\$ 12.000,00

beneficiárias incluídas em 2012 (4º trimestre) do Programa Bolsa Verde.		
3. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2011 do Programa Bolsa Verde.	01/02/2013	R\$ 12.000
4. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (1º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/04/2013	R\$ 12.000
5. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (2º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	03/06/2013	R\$ 12.000
6. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 6 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (1º semestre) do Programa Bolsa Verde.	01/08/2013	R\$ 6.000,00

Consultor contratado

Consultoria (pessoa jurídica): Elaine Marra dos Santos

CNPJ: 943.829.211-04

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidade de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, para extensão do prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos.

CONTRATO BRA 2012/000282-03 BRA/11/021

Objetivo da consultoria: Fazer diagnósticos iniciais e o acompanhar a manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/09/2012	10/12/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (3º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/10/2012	R\$ 6.000,00
2. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 2 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (4º trimestre) do Programa Bolsa	03/12/2012	R\$ 12.000,00

Verde.		
3. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2011 do Programa Bolsa Verde.	01/02/2013	R\$ 12.000
4. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (1º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/04/2013	R\$ 12.000
5. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (2º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	03/06/2013	R\$ 12.000
6. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 6 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (1º semestre) do Programa Bolsa Verde.	01/08/2013	R\$ 6.000,00
Consultor contratado		
Consultoria (pessoa jurídica): Elisa Toniolo Lorenzi		CPF: 210.790.210-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidade de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, para extensão do prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos.		

CONTRATO BRA 2012/000647-01 BRA/11/021					
Objetivo da consultoria: Fazer diagnósticos iniciais e o acompanhar a manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/09/2012	29/08/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (3º trimestre) do Programa Bolsa Verde.			02/10/2012	R\$ 6.000,00	
2. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 2 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (4º trimestre) do Programa Bolsa			03/12/2012	R\$ 12.000,00	

Verde.		
3. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2011 do Programa Bolsa Verde.	01/02/2013	R\$ 12.000
4. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (1º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/04/2013	R\$ 12.000
5. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (2º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	03/06/2013	R\$ 12.000
6. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 6 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (1º semestre) do Programa Bolsa Verde.	01/08/2013	R\$ 6.000,00

Consultor contratado

Consultoria (pessoa jurídica): Francisco Javier Fernandez Fawaz **CPF** 693.573.741-91

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidade de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, para extensão do prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos. O contrato foi recindido a pedido do consultor.

CONTRATO BRA 2012/000650-02 BRA/11/021

Objetivo da consultoria: Fazer diagnósticos iniciais e o acompanhar a manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa Bolsa Verde, por meio da interpretação de imagens de sensores remotos orbitais.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/09/2012	31/10/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (3º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/10/2012	R\$ 6.000,00
2. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 2 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (4º trimestre) do Programa Bolsa	03/12/2012	R\$ 12.000,00

Verde.		
3. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2011 do Programa Bolsa Verde.	01/02/2013	R\$ 12.000
4. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (1º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	02/04/2013	R\$ 12.000
5. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico inicial e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2013 (2º trimestre) do Programa Bolsa Verde.	03/06/2013	R\$ 12.000
6. Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 6 contendo o monitoramento da cobertura vegetal e laudo técnico das áreas beneficiárias incluídas em 2012 (1º semestre) do Programa Bolsa Verde.	01/08/2013	R\$ 6.000,00
Consultor contratado		
Consultoria (pessoa jurídica): Renato Alves Moreira		CPF: 592.692.941-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos acima citados, assim como o ajustamento do cronograma de execução. Também houve a necessidade de se fazer aditivos para prorrogação da vigência do contrato, para extensão do prazo de entrega, análise e solicitação de pagamento dos produtos.		

Quadro B.15.4 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – PNUD BRA/08/012. (Valores em R\$ 1,00)

CONTRATO BRA 2011/000550-01 BRA 08/012					
Objetivo da consultoria: Esta consultoria especificamente visa desenvolver análises e estudos para subsidiar a Secretaria Executiva e Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade na gestão de suas ações, operacionalizar a implantação e o monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia Produtiva do Babaçu no ano de 2011, além de sistematizar e avaliar as ações propostas para esses planos nos governos federal e estaduais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/09/2012	28/01/2013	R\$ 103.730,00	R\$	R\$ 15.559,50	R\$ 103.73,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1) Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações do Plano Nacional da Sociobiodiversidade realizadas no ano de 2010, referente ao				6/01/2012	R\$ 10.373,00

plano de ação para a cadeia do Babaçu, contendo atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados;		
2) Relatório sobre o andamento do processo de definição do modelo tecnológico para o aproveitamento integral do coco babaçu;	22/02/2012	R\$ 20.746,00
3) Relatório técnico de análise e proposição que subsidie a Coordenação do PNPSB sobre a regulamentação do uso sustentável da produção e transporte do carvão do coco babaçu;	23/04/2012	R\$ 15.559,50
4) Relatório Técnico de avaliação da constituição e do andamento das instâncias de gestão constituída pelos estados do TO, MA, PI e CE para a cadeia produtiva do Babaçu e sua integração à estratégia do governo federal;	22/06/2012	R\$ 20.746,00
5) Relatório Técnico de avaliação do andamento dos planos de ação estaduais e sua integração à estratégia do governo federal. Deve apresentar a forma de organização estadual, constituição dos Grupos de Ação, incluindo relação das organizações membros por estado; relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes;	23/07/2012	R\$ 20.746,00
6) Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva do Babaçu em 2011, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii) análise da execução das ações presentes no Plano; (iii) análise da atuação do Grupo de Ação por estado; (iv) análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados na cadeia; (v) análise comparativa entre a situação da cadeia antes e depois da implementação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros, a respeito da consultoria.	14/09/2012	15.559,50
Consultor contratado		
Consultoria (pessoa física): Fabio Wesley de Melo		CPF: 266 324 948-38
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução das contrato, como previsto no edital, em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos concultores, fez-se necessário o ajustamento no cronograma de execução e prorrogação da vigência do contrato por meio de termo aditivo, sem contudo, haver alterações dos valores ou prejuízo para execução das atividades contratadas.		

CONTRATO BRA 2012/000359-00 BRA 08/012					
Objetivo da consultoria: O objetivo da consultoria é desenvolver ações, como Articulador Nacional, nos APLs da castanha-do-Brasil e copaíba no Município de Oriximiná - PA, açaí e andiroba no Marajó - PA, e pequi e outros frutos do cerrado no Norte de Minas - MG, voltados a Povos e Comunidades Tradicionais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/04/2012	30/01/2013	R\$ 104.000,00	R\$	R\$31.200,00	R\$ 104.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1) Relatório Técnico de avaliação do andamento das ações dos núcleos gestores dos APLs da castanha-do-Brasil e copaíba no Município de Oriximiná - PA, açaí e andiroba no Marajó - PA, e pequi e outros frutos do cerrado no Norte de Minas - MG, realizadas desde 2010, para os que já estão instalados, contendo o plano de ação estabelecido, as atividades, responsáveis, prazos e encaminhamentos para cada ação proposta junto aos gargalos identificados;	30/05/2012	R\$ 10.400,00
2) Relatório sobre as necessidades de definição de modelos tecnológicos para o processamento das espécies extrativistas prioritárias dos APLs;	30/06/2012	R\$ 20.800,00
3) Relatório técnico de análise e proposição que subsidie a Coordenação do PNPSB sobre o acesso dos grupos produtivos às políticas públicas (PAA, PNAE, PGPMBio, Pronaf, outras) e diretrizes de boas práticas de manejo das espécies extrativistas prioritárias dos APLs;	30/07/2012	R\$ 20.800,00
4) Relatório Técnico de avaliação do andamento dos planos de ação dos núcleos gestores e sua integração às estratégias do governo federal e estadual. Deve incluir a forma de organização dos núcleos gestores, a relação das organizações membros por APL; relatos de sua(s) reunião(ões), dentre outros assuntos pertinentes;	10/09/2012	R\$ 20.800,00
5) Relatório Técnico final com a sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação dos APLs em 2012, contendo: (i) os critérios utilizados para a avaliação; (ii) análise da execução das ações presentes no Plano; (iii) análise da atuação dos Núcleos Gestores por APL; (iv) análise dos avanços e/ou retrocessos em relação aos gargalos identificados nos APLs; (v) análise comparativa entre a situação do APL antes e depois da implementação ou reestruturação do Plano de Ação; (vi) apresentação de sugestões para a continuidade do Plano de Ação; (vii) análise dos prazos, estrutura, condições de trabalho e outros, a respeito da consultoria; (viii) apresentação de sugestões para a estratégia de saída.	30/11/2012	R\$31.200,00
Consultor contratado		
Consultoria (pessoa física): Sérgio Henrique Cantuária		CPF: 862 538 167-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Tendo em vista o atraso no início da execução das contrato, como previsto no edital, em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos concultores, fez-se necessário o ajustamento no cronograma de execução e prorrogação da vigência do contrato por meio de termo aditivo, sem contudo, haver alterações dos valores ou prejuízo para execução das atividades contratadas.		

CONTRATO BRA 2012/000367-00 BRA 08/012	
Objetivo da consultoria: O objetivo da consultoria é apoiar tecnicamente a estruturação e a implantação do Monitoramento Ambiental e Sistema de Informações Geográficas do Programa Bolsa Verde.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/04/2012	25/04/2013	R\$ 144.160,00	R\$ 72.080,00	R\$ 72.080,00	R\$ 144.160,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1) Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 1 contendo o diagnóstico e análise das ações e dados levantados pelo Programa Bolsa Verde com relação ao monitoramento ambiental em 2011 e no primeiro trimestre de 2012.			25/05/2012	R\$ 14.416,00	
2) Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 2 da sistematização de protocolo de monitoramento ambiental do Programa Bolsa Verde, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA para o monitoramento ambiental no âmbito do Programa Bolsa Verde no ano de 2012.			01/08/2012	R\$ 28.832,00	
3) Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 3 com sistematização, avaliação e proposição de encaminhamentos das ações realizadas pelo MMA para a estruturação do SISVERDE no âmbito do Bolsa Verde no ano de 2012.			05/11/2012	R\$ 28.832,00	
4) Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 4 com sistematização consolidada das ações de Monitoramento Ambiental do Programa realizadas em 2012, com avaliação e proposição de encaminhamentos para 2013.			02/01/2013	R\$ 28.832,00	
5) Relatório Técnico (impresso e cópia digital) denominado produto 5 contendo o diagnóstico e análise das ações e dados levantados pelo Programa Bolsa Verde com relação ao monitoramento ambiental no primeiro trimestre de 2012.			04/04/2013	R\$ 43.248,00	
Consultor contratado					
Consultoria (pessoa física): WAGNEIDE RODRIGUES				CPF: 806 133 651-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					
Tendo em vista o atraso no início da execução do contrato, como previsto no edital, e em virtude do período necessário para os trâmites processuais de análise, seleção e contratação dos consultores no âmbito da UJ, tornou-se necessário o ajustamento dos produtos a serem entregues, assim como do cronograma de execução, gerando-se, com isso, a necessidade de aditivos para prorrogação da vigência do contrato.					

CONTRATO BRA 2012/000940-00 BRA 08/012

Objetivo da consultoria: (a) elaborar metodologia, com base nas discussões do GTI, para as etapas informativas e de consultas do processo de regulamentação dos procedimentos de consulta previstos na Convenção 169 da OIT; (b) propor estratégia de mobilização dos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais para os diálogos e reuniões regionais previstos, incluindo apoio a mobilização e a articulação com os atores; (c) construir, com base nas discussões do GTI, proposta de moderação e colaborar

com a sua execução; (d) sistematizar o resultado das reuniões das etapas informativas e de consulta, com vistas a orientar as atividades do GTI.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/12/2012	31/12/2013	R\$150.000,00	R\$ 150.00,00	R\$ 150.000,00	R\$ 74.318,10
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1) Relatório técnico contendo a sistematização das reuniões junto ao GTI C169 sobre a etapa informativa, incluindo plano de trabalho para implementação dessa etapa, com proposta metodológica e estratégias de mobilização.			15/01/2013	R\$ 45.000,00	
2) Relatório técnico contendo sistematização das reuniões da etapa informativa, incluindo relatório de viagens.			15/05/2013	R\$ 34.500,00	
3) Relatório técnico contendo a sistematização das reuniões junto ao GTI C169 sobre a etapa de consultas, incluindo a proposta metodológica e plano de trabalho para impleincluindo a proposta metodológica e plano de trabalho para implementação dessa etapa.			14/06/2013	R\$ 40.500,00	
4) Relatório técnico contendo sistematização das reuniões da etapa de consulta, incluindo relatório de viagens e uma avaliação do processo.			15/11/2013	R\$ 30.000,00	
Consultor contratado					
Consultoria (pessoa física): Maria Cacia Cortez Ferreira				CPF: 001 905 228-60	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora apresentou os 2 primeiros produtos, que foram analisados pela equipe técnica e pagos pelo Projeto totalizando R\$ 74.318,10. Observa-se que houve um desconto do 2º Produto, equivalente a viagens não realizadas, correspondente a R\$ 5.181,90. Porém devido à suspensão do processo de regulamentação da Consulta Prévia da Convenção 169/OIT, ensejada por entraves nas negociações com diversos setores sociais envolvidos, o contrato foi rescindido.					

Análise Crítica:

A contratação de consultores pessoa física na modalidade “produto”, por meio da Cooperação Técnica Internacional, é um mecanismo eficaz para alguns trabalhos específicos desenvolvidos na SEDR, pois além de profissionais voltados exclusivamente para a ação, possibilita uma consistência metodológica e estabelece uma diretriz única entre as diferentes agendas da Secretaria, convergindo para que a Unidade Jurisdicionada possa cumprir o seu papel de formuladora de Políticas Públicas nos diversos temas inserido na sua estrutura.